



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**

AURELIO FILGUEIRAS MOREIRA DA COSTA

**MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: o fomento ao
desenvolvimento sustentável no meio local**

JOÃO PESSOA-PB

2013

AURELIO FILGUEIRAS MOREIRA DA COSTA

**MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: o fomento ao
desenvolvimento sustentável no meio local**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof^a. Ms. Gabriela Gonçalves Barbosa – UEPB

**João Pessoa – PB
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

C837m Costa, Aurelio Filgueiras Moreira da.
Meio ambiente e relações internacionais: o fomento ao desenvolvimento sustentável no meio local / Aurelio Filgueiras Moreira da Costa. – 2013.
68f. : il. color

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2013.
“Orientação: Profa. Ms.. Gabriela Gonçalves Barbosa, Curso de Relações Internacionais”.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Paradiplomacia. 3. Banco Interamericano de Desenvolvimento.. I. Título.

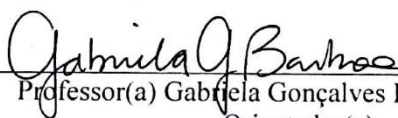
21. ed. CDD 327

AURELIO FILGUEIRAS MOREIRA DA COSTA

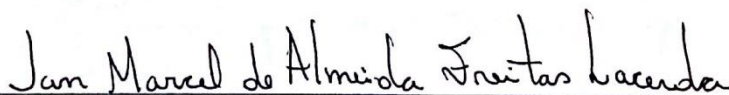
**MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: o fomento
ao desenvolvimento sustentável no meio local**

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovada em 04/09/2013.



Professor(a) Gabriela Gonçalves Barbosa / UEPB
Orientador(a)



Professor(a) Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda
Examinador(a)



Professor(a) Mariana de Oliveira Nobrega
Examinador(a)

A minha mãe (*in memoriam*), que é a razão da minha vida, do meu levantar, do meu prosperar. Ela que faz com que eu busque ser amanhã um pouco melhor do que hoje.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois nada é possível sem sua presença e vontade;

À minha mãe, com quem aprendi o prazer do estudo e a lição de que sou o único responsável pelo meu sucesso;

Ao meu irmão e cunhada Evilásio Junior e Emanuela Severo, pelos conselhos, pela paciência e pela grande ajuda;

Aos grandes amigos Sheila Ribeiro, Maria Luíza Macário, Andréia Sabrina Cavalcanti, Bruno Albuquerque e Rodrygo Cruz, pela presença e apoio em todos os momentos;

Ao amigo Jan Marcell Lacerda, pela dedicação e por estar sempre disposto a ajudar;

À minha grande amiga Morgana Santos, que por muitas vezes se fez presente, me incentivando e dando força para que esta vitória se concretizasse, à você amiga querida o meu muito obrigado;

À orientadora Gabriela Gonçalves, a quem estendo a dedicação deste trabalho, pelo seu exemplo de mulher, e profissional, pelo empenho, presteza e ética profissional exemplar.

À minha família, pelos conselhos e palavras de incentivo.

A Ana Carolina Miranda, pela paciência, compreensão e companheirismo.

Ao professor Davi Morales, pela dedicação que dispensa a cada aluno, pela competência e por acreditar que somos capazes de fazer um pouco melhor.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar a influência dos atores internacionais não estatais na temática de defesa do meio ambiente, tendo como foco a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), que é um projeto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e as cidades contempladas pela iniciativa, além de mostrar como a sociedade civil organizada no Programa Cidades Sustentáveis agi complementando o fomento ao desenvolvimento sustentável no meio local. Com isso, analisamos a construção do conceito de desenvolvimento sustentável e da temática ambiental nas Relações Internacionais, principalmente através das Conferências das Nações Unidas sobre a temática e a subsequente influência na modificação das políticas do BID, o que mostra como foi socialmente construído o conceito de desenvolvimento sustentável no cenário internacional. Assim, foi utilizada a perspectiva construtivista como forma de interpretar as relações internacionais, o que possibilitou as bases para a discussão sobre o tema no decorrer do texto. Através da cooperação descentralizada e da paradiplomacia, a ICES consiste numa plataforma de cidades intermediárias, com cerca de 100 mil a 2 milhões de habitantes e com economias em crescimento, cujo intento é a aplicação de abordagem de um desenvolvimento urbano sustentável e inteligente, mobilizada e coordenada pela capacidade técnica do BID e das localidades, ressaltando a importância para a sociedade sobre a política de sustentabilidade. Portanto, o estudo aqui proposto analisa a aplicabilidade das relações paradiplomáticas, a organização de cidades em redes e os atores não estatais no fomento ao desenvolvimento sustentável como principal iniciativa ao desenvolvimento social econômico, e conclui que as relações internacionais e o que acontece nas dinâmicas dentro das cidades são realidades bem próximas, pois tudo está interligado hoje em dia, onde as Organizações Internacionais, Organizações não Governamentais, a sociedade civil organizada em forma de rede pelo mundo, as empresas transnacionais, enfim, os mais variados atores internacionais estão agindo, fiscalizando, implementando o que vem sendo discutido no meio global, adotando no local, que é o lugar onde os indivíduos vivem e onde eles vivenciam a aplicabilidade dessas políticas internacionais, e assim a aplicabilidade das Relações internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável. Paradiplomacia. Banco Interamericano de Desenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the influence of non-state actors in international thematic defense of the environment , focusing on the Emerging and Sustainable Cities Initiative (ICES) , which is a project of the Inter American Development Bank (IDB) , and cities covered by the initiative , and show how civil society organizations in the sustainable Cities Programme acted complementing fostering sustainable development in the local environment . With this, we analyze the construction of the concept of sustainable development and environmental issues in international relations , especially through the United Nations Conferences on the subject and the subsequent influence on the modification of the policies of the IDB , which shows how it was socially constructed concept development sustainable in the international arena . Thus , we used the constructivist perspective as a way of interpreting international relations , which enabled the foundation for the discussion on the topic throughout the text . Decentralized cooperation and paradiplomacy ICES is a platform intermediate cities , with about 100,000 to 2 million people and growing economies , whose purpose is the application of an approach to sustainable urban development and smart , and mobilized coordinated by the technical capacity of the IDB and localities , stressing the importance to society on the political sustainability . Therefore, the study presented here examines the applicability of paradiplomatic relations , the organization of cities in networks and non-state actors in promoting sustainable development as a primary social economic development initiative , and concludes that international relations and what happens in the dynamics within the realities cities are very close , because everything is interconnected today , where the international organizations , non-governmental organizations , civil society organizations in a network around the world , transnational corporations , finally , the various international actors are acting , monitoring , implementing what has been discussed in the global environment , adopting in place, which is where individuals live and where they experience the applicability of these international policies , and thus the applicability of international relations .

KEYWORDS: Sustainable Development. Paradiplomacy. Interamerican Development Bank.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPITULO I	12
MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: os atores da ecopolítica e a paradiplomacia	12
1.1 CONFERÊNCIAS SOBRE MEIO AMBIENTE: A ATUAÇÃO DOS ATORES INTERNACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	14
1.2 ATORES DA ECOPOLÍTICA E TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	18
1.3 A PARADIPLOMACIA E A AÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES	23
CAPÍTULO II.....	27
O BID E A SOCIEDADE CIVIL NO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ICES e Programa Cidades Sustentáveis	27
2.1 BID E MEIO AMBIENTE	27
2.2 A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS (ICES).....	32
2.3 SOCIEDADE CIVIL E O PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS	35
CAPITULO III	41
ANÁLISE DA ICES E DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: a ação internacional dos atores não centrais	41
3.1 ANÁLISE TEÓRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	41
3.2 A ORGANIZAÇÃO DE CIDADES EM REDE E O EXERCÍCIO DA PARADIPLOMACIA	46
3.3 PLANO PILOTO DE GOIÂNIA E A CIDADE DE JOÃO PESSOA	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	65
ANEXO A – Cidades participantes da ICES em 2013	65
ANEXO B - Parceiros Nacionais	66
ANEXO C - Parceiros Internacionais	67
ANEXO D - Patrocinadores	67
ANEXO E - Realizadores	68
ANEXO F – Apoio	68

INTRODUÇÃO

O período Pós-Guerra Fria trouxe uma nova dinâmica que ampliou o campo de estudo e a agenda das Relações Internacionais, nos quais a importância dos Estados vem cedendo espaço para atores não estatais, como Organizações Internacionais (Organizações Não Governamentais – ONGs e Organizações Internacionais Não-Governamentais - OINGs), entes subnacionais, indivíduos, entre outros. Neste estudo, também há a necessidade de entender novas temáticas emergentes no contexto internacional, como a defesa do meio ambiente, a paradiplomacia e a cooperação entre os mais diversos atores internacionais.

A evolução da temática ambiental no plano político internacional foi construída gradualmente a partir de conferências, declarações, agendas e programas da Organização das Nações Unidas (ONU). Sobretudo, destaca-se aqui a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, já que sua declaração final (Declaração do Rio) trouxe princípios norteadores para a área ambiental, com o compromisso dos Estados com o desenvolvimento sustentável (GONÇALVES; COSTA, 2011, p.91).

A Conferência no Rio aprovou a Agenda 21, sendo um plano detalhado para colocar em prática o desenvolvimento sustentável, que, conforme Gonçalves e Costa (2011, p.92), envolve também o desenvolvimento social e econômico, bem como a importância da Sociedade Civil, dos organismos internacionais, dentre outros. Nesse contexto, cria-se a base para discussão proposta por este trabalho, pois intenta-se analisar o envolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em questões ambientais, mais precisamente a criação da Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).

O BID¹ vem atuando na ajuda aos países da América Latina e Caribe em conciliar as demandas por crescimento e a necessidade de defender os recursos naturais e o meio ambiente, com o intuito de propiciar o alcance do desenvolvimento sustentável (BID, 2013b). Esse organismo financeiro global vem atendendo a demandas de

¹ As informações sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento foram retiradas do site oficiais e da escassa literatura na área. Site oficial do BID: <<http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html#.UcORe-f2aSo>>. Acesso em: 29/05/ 2013.

financiamento de atividades que melhorem as condições de resposta aos problemas sociais e à preservação ambiental².

Na atualidade, dentre as atividades de apoio sustentável do BID, houve o lançamento de uma Plataforma de Cidades Emergentes e Sustentáveis, cujo enfoque é dado às cidades intermediárias da América Latina e Caribe. Essas são cidades com população de 100 mil a 2 milhões de pessoas, com economias em rápido crescimento. O BID testou uma abordagem de desenvolvimento urbano sustentável, que mobiliza e coordena toda a capacidade técnica do banco para entregar às cidades alguns planos de ações. Essa plataforma foi aplicada em cinco cidades-piloto: Trujillo, no Peru; Porto de Espanha, em Trinidad e Tobago; Santa Ana, em El Salvador; Montevideu, no Uruguai; e Goiânia, no Brasil (BID, 2013c). Assim, o Banco busca ajudar nas tomadas de decisões, no planejamento, com a finalidade de alcançar o “desenvolvimento urbano sustentável e inteligente” (BID, 2013c) das cidades intermediárias latino-americanas e caribenhas.

Em 2013, a cidade de João Pessoa foi selecionada para receber a iniciativa ICES³, representando uma importante ferramenta para o desenvolvimento da cidade paraibana e ainda um dos fatores que incentivaram a realização desta pesquisa. Vale ressaltar que, mesmo sabendo da fase inicial de implementação do projeto na capital da Paraíba, o presente estudo analisará, em primeiro plano, o projeto piloto de Goiânia, com o intuito de traçar possíveis contribuições e consequência para a cidade de João Pessoa, ressaltando a especificidade de cada localidade e a necessidade de trazer a temática para o meio acadêmico.

Além disso, busca-se abordar a concepção do projeto, constituído pela ideia de desenvolvimento sustentável, sendo socialmente construídas desde a evolução da temática ambiental e a inserção da ICES na ordem internacional, fundamentando, assim, o modelo de desenvolvimento urbano sustentável e inteligente defendido pelo BID. Com isso, pretende-se trazer a discussão sobre o projeto na cidade de João Pessoa,

² De acordo com o site oficial do BID: “El BID ayuda a los países miembros a enfrentar esas exigencias financiando actividades de mejoramiento de la gestión de las zonas protegidas, la generación de oportunidades de ingresos para las comunidades que dependen de los servicios de los ecosistemas, administrando los recursos costeros y marítimos y apoyando las iniciativas de gestión del cambio climático y de los riesgos de desastre en cuencas hídricas críticas. También aseguramos que cada proyecto que financiamos incluya salvaguardias sociales y ambientales rigurosas y medidas de sostenibilidad” (BID, 2013g).

³ Mais informações no *site* da Prefeitura de João Pessoa: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeito-assina-convenio-com-bid-e-cef-para-o-programa-cidades-sustentaveis/?theme=pmjp_mobile>. Acesso em: 30/05/ 2013.

como forma de debater as ideias que estão prestes a serem concretizadas para a melhora da realidade socioambiental local.

A implementação da iniciativa em João Pessoa, como cidade escolhida para participar da ICES, será possibilitada pelo convênio feito entre BID e Caixa Econômica Federal (CEF), evidenciando uma cooperação entre um organismo financeiro internacional, uma agência financeira nacional e um governo subnacional. Ao mesmo tempo, insere-se o município de João Pessoa nas Relações Internacionais, por meio de relações para-diplomáticas⁴, pois o acordo está sendo firmado entre o município beneficiado e esse organismo internacional com a ajuda da Caixa Econômica que é um banco estatal que age como mediador, formando assim um tripé que fundamenta as relações paradiplomáticas (ator internacional, Estado e ator subnacional) (DIAS, 2010).

Desse modo, este trabalho de conclusão de curso busca estudar a influência dos atores internacionais em temáticas ambientais, mais precisamente o BID, a CEF, Sociedade Civil e as Cidades no desenvolvimento sustentável⁵. Para tanto, o trabalho será dividido em três capítulos e utilizará o método de abordagem dedutivo, pois partirá de reflexões sobre meio ambiente e Relações Internacionais, para poder entender os seus atores e a influência do BID, da CEF e da Sociedade Civil como promotores do desenvolvimento sustentável nas cidades.

Quanto à técnica de pesquisa, opta-se por uma pesquisa qualitativa, centrada em revisões literárias sobre meio ambiente e Relações Internacionais, paradiplomacia, análise documental, de discursos e de *websites* dos atores analisados. A iniciativa do BID e o programa da Sociedade Civil são escolhidos como forma de visualizar a importância de novos atores na área temática de defesa e proteção do meio ambiente. Ambos os casos foram abordados pela relação próxima entre eles e sua intersecção em João Pessoa, já que a cidade é participante dos dois casos escolhidos para estudo.

No primeiro capítulo, este estudo abordará a temática do Meio Ambiente e das Relações Internacionais, visualizando a evolução das discussões sobre a temática

⁴ A paradiplomacia consiste em atividades, processos e iniciativas externas entre governos não centrais ou subnacionais (estados federados, províncias, municípios) e outros atores internacionais (DIAS, 2010). Segundo Salomón (2011, p. 269): “O desenvolvimento de uma ação externa institucionalizada por parte de governos subnacionais”. O autor também faz ressaltar quanto à melhor utilização do termo “governo subnacional” para uma análise de política externa, pois o termo “cidades” abrange outros atores nelas inseridos. Todavia, como o presente trabalho não parte de uma análise de política externa, será feita a utilização dos termos como sinônimos, mesmo que enfocando no governo municipal como principal ator (SALOMÓN, 2011, p. 271).

⁵ O enfoque do presente trabalho será o desenvolvimento sustentável, mesmo sabendo de sua relação intrínseca com os desenvolvimentos econômico e social, aqui, em geral, restringem-se as análises aos aspectos ambientais.

ambiental no plano internacional. Assim, observa-se as Conferências da ONU sobre Meio Ambiente e suas principais contribuições, principalmente enfatizando, de um lado, a Conferência do Rio, em 1992, e a defesa do desenvolvimento sustentável e, de outro lado, a Rio +20 e seus avanços na propositura de objetivos de sustentabilidade. Em seguida, o capítulo analisa os atores em temática ambiental, focando nos Estados, nos Entes Subnacionais, nas Organizações Internacionais e na Sociedade Civil. Com isso, fundamenta-se a temática aqui estudada e os atores nela inseridos.

No segundo capítulo, trabalha-se a descrição sobre a atuação do BID e da Sociedade Civil em defesa do meio ambiente, principalmente na criação de ações sustentáveis. Assim, de um lado, observa-se descritivamente a relação do Banco e o meio ambiente, principalmente destacando a Iniciativa das Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), que tem sua centralidade nos projetos e nas ações práticas para o desenvolvimento urbano sustentável, que concilia os desenvolvimentos econômico e social com o ambiental. Desse modo, a ICES tem por base o suporte técnico e econômico às cidades, assim como na criação de uma Plataforma de Rede de Cidades. De outro lado, descreve-se o Programa Cidades Sustentáveis, que é um empreendimento da Sociedade Civil para o monitoramento de ações sustentáveis e para a construção de engajamento dos políticos nas temáticas de defesa do meio ambiente.

No terceiro capítulo, faz-se uma discussão sobre a possibilidade de analisar a ICES e o Programa Cidades Sustentáveis por meio de um referencial teórico de Relações Internacionais, observando os atores – BID, CEF, cidades ou Rede de Cidades, e a Sociedade Civil – e seus planos de ação na gestão do meio ambiente. Traz-se, então, uma discussão sobre o poder explicativo da abordagem construtivista das Relações Internacionais⁶ no caso objeto de estudo, já que há a observação da construção e da evolução de conceitos, como o de desenvolvimento sustentável, evidenciando uma relação próxima das concepções trazidas pelas Conferências da ONU sobre Meio Ambiente, pelo BID e pela Sociedade Civil. Em seguida, é importante abordar os prismas globais e locais de análise das questões ambientais, verificando as relações paradiplomáticas e organizadas em rede da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, do BID, e do Programa Cidade Sustentáveis, da Sociedade Civil. Por

⁶ Conforme destaca Nogueira e Messari (2005, p. 162), há muitas vertentes do construtivismo e, neste trabalho, utiliza-se de premissas básicas quanto à possibilidade dos atores internacionais construírem o mundo em que vivemos, podendo mudar e transformar o mundo social. Assim, o presente trabalho recorre-se às contribuições de Wendt (2000), Adler (2005), Ruggie e Kratochwill (1986), Lacerda (2011) dentre outros autores, os quais permitem um enfoque maior ao papel das ideias nas Relações Internacionais e das Organizações Internacionais.

último, a partir de reflexão sobre o plano piloto realizado na cidade de Goiânia, no Brasil, busca-se analisar a inserção da cidade de João Pessoa na Iniciativa do BID e as possíveis consequências e contribuições para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Portanto, a estrutura deste trabalho será: em primeiro momento, um capítulo teórico; em segundo momento, um capítulo descritivo; e, em terceiro momento, um capítulo descritivo e analítico. Assim sendo, este trabalho busca analisar os atores nas temáticas ambientais, indo além da compreensão da centralidade dos Estados e da ONU, para observar o BID e o prisma local de respostas aos problemas ambientais, destacando-se a centralidade das cidades para o desenvolvimento sustentável. Além do mais, traz-se a importância do papel de monitoramento da Sociedade Civil, por meio do Programa Cidades Sustentáveis, que intenta construir uma agenda para a gestão pública sustentável, possibilitando o monitoramento das políticas públicas em favor da sustentabilidade e trazendo também incentivos ao engajamento dos políticos.

CAPITULO I

MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: os atores da ecopolítica e a paradiplomacia

A emergência dos problemas ambientais nas Relações Internacionais vem sendo construída no decorrer dos anos e dos fatos históricos que se seguiram desde a Revolução Industrial, no Século XIX, pois foi a partir desse momento que começou a acelerar, de maneira nunca antes visto, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, os problemas ambientais gerados pela poluição e pela degradação ambiental advindos desse processo de produção capitalista pós-Revolução Industrial (DUARTE, 2004, p. 4). Em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, o bombardeio nuclear foi um grande exemplo de um fato histórico que fez a comunidade internacional acordar para a preocupação ambiental. O poderio militar gerado pela revolução tecnológica poderia levar a destruição ambiental do planeta e a destruição do próprio homem (DUARTE, 2004, p. 5).

Segundo Gonçalves (2002, p. 2), as preocupações com o meio ambiente cresciam internacionalmente e a ideia de realizar um encontro internacional para discutir questões ambientais foi concretizada em 1948, pois a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), juntamente com o governo da França, formaram a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) – que em 1946 teve sua denominação alterada para União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN). Com isso, Gonçalves destaca que: “essa organização desenvolveu importante trabalho na área intelectual sobre o tema e também influenciou vários países na criação de núcleos conservacionistas agregados aos governos locais” (GONÇALVES, 2002, p. 3).

Em consequência, ainda conforme Gonçalves (2002, p. 3) o desenvolvimento de discussões sobre a exploração de recursos naturais foi ganhando centralidade e não mais se restringiu a um pequeno grupo, como a UICN. Assim, a UNESCO realizou, em 1968, em Paris, uma conferência – Conferência da Biosfera – onde pela primeira vez foi discutida a problemática ambiental e lançados os fundamentos para outros futuros fóruns de debates sobre a temática. Entretanto, assim como pontuado por Gonçalves

(2002, p. 3), embora seja necessário mencionar a Conferência da Biosfera, é preciso centra-se na maior relevância da Conferência de Estocolmo, em 1972, já que “esta articulou de modo mais efetivo a relação meio ambiente – direito humano” (GONÇALVES, 2002, p. 3).

De acordo com Souza (1994, p. 3), a concepção do desenvolvimento sustentável “possui raízes na discussão sobre ambientalismo que buscavam um conceito alternativo de desenvolvimento a partir dos debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente”. Com isso, nos anos de 1960, os debates acerca desse desenvolvimento “alternativo” começaram de forma esparsa e ganharam atenção a partir dos anos de 1970, com a publicação de estudo sobre os “Limites do crescimento”, realizado pelo Clube de Roma⁷, em 1972, assim como a realização da Conferência de Estocolmo, no mesmo ano (Souza, 1994, p. 3).

Para Mariano (1995), no contexto internacional, a preocupação com a temática ambiental ficou evidente nos anos de 1970, devido aos problemas climáticos, ao efeito estufa, ao aquecimento global, à devastação ambiental, entre outras problemáticas. Entretanto, é no Pós Guerra Fria que há a ampliação da agenda internacional, que teve a inserção de temáticas como qualidade de vida e preservação ecológica, bem como houve uma onda de atores não estatais influentes e o tema ambiental passou a ganhar espaço e importância no âmbito internacional.

Nesse contexto, a evolução da discussão sobre o meio ambiente e as relações internacionais ganha um novo desenho com a realização de Conferências sobre a temática, destacando-se a centralidade da ONU, de seus departamentos e programas, bem como da Sociedade Civil, principalmente das Organizações não Governamentais (ONG). Sendo assim, cabe a este trabalho refletir, de forma breve, sobre a evolução da ordem ambiental internacional, a realização de conferências, a complexidade teórica de análise e a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, possibilitando a construção de uma base teórica para compreender os objetos de estudo aqui analisados.

⁷ Conforme Lima (2012), o Clube de Roma foi o primeiro grupo, composto por políticos, físicos, industriais e cientistas, a tratar de sustentabilidade, meio ambiente e os limites do desenvolvimento no contexto internacional. Consequentemente, publicou o relatório “Limites do crescimento” em 1972 e, para Kitamura (1994, apud SOUZA, 1994, p. 4): ‘ênfatizava principalmente o aspecto relativo à ‘escassez de recursos naturais, destacando a interdependência global e não sustentabilidade do crescimento econômico sem limites tendo em vista o esgotamento dos recursos naturais, as dificuldades na produção de alimentos e os distúrbios irreversíveis do meio ambiente’ “.

1.1 CONFERÊNCIAS SOBRE MEIO AMBIENTE: A ATUAÇÃO DOS ATORES INTERNACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1972, aconteceu a Conferência de Estocolmo que colocava em destaque a preocupação ambiental, mas em favor do desenvolvimento humano, atrelando a questão ambiental à preocupação de como melhorar o desenvolvimento humano, lançando-se, assim, as bases para construção do conceito de desenvolvimento sustentável (DUARTE, 2004, p. 6). Durante a Conferência, a Assembleia geral da ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que ficou responsável por coordenar as temáticas ambientais na organização. (ONU, 2013a).

Além do final da Segunda Guerra Mundial, outros acontecimentos históricos internacionais foram de suma importância para entender essa mudança nas políticas internacionais para a preocupação com o meio ambiente. Em 1973, a Crise do Petróleo foi fundamental para entender a interdependência entre os Estados, interdependência essa de extrema importância para as resoluções dos problemas que degradam o meio ambiente (DUARTE, 2004, p. 7). Em 1979, o primeiro acidente nuclear de grandes proporções foi em uma usina russa de Chernobyl, que alertou novamente a comunidade internacional para os riscos ambientais. Na década de 80, a preocupação com problemas ambientais veio à tona, só que dessa vez, preocupava-se com a forma de resolver o problema do buraco na camada de ozônio. Finalmente, em 1983, a ONU convocou uma comissão de especialistas para propor novos rumos sobre a gestão ambiental, questionando-se: qual mundo queremos para o futuro? (DUARTE, 2004, p. 7).

Em 1987, essa comissão produziu o Relatório Nosso Futuro Comum – também chamado de Relatório Brundtland⁸ – sendo incorporado o conceito de desenvolvimento sustentável e trazendo-o para o discurso político público internacional, da seguinte forma:

Acreditando que o desenvolvimento sustentável, que implica encontrar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, deve tornar-se um princípio orientador central para as Nações Unidas, governos e instituições privadas, organizações e empresas (ONU, 1987⁹ tradução livre).

⁸ Disponível em: <<http://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2013.

⁹ Believing that sustainable development, which implies meeting the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs, should become a central guiding principle of the United Nations, Governments and private institutions, organizations and enterprises (ONU, 1987, s/p.). Traduzido pelo autor.

Além do conceito de desenvolvimento sustentável, o trecho do relatório também evidencia a importância da atuação dos mais diversos atores no norteamento desse desenvolvimento como um princípio central para as relações domésticas e internacionais. Além do mais, foram muitas as recomendações feitas pela Comissão de especialistas produtores do Relatório Brundtland, as quais foram levadas para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, colocando em foco um direcionamento do desenvolvimento sustentável para a agenda pública internacional, de uma forma nunca antes vista (ONUBR, 2013).

Em 1991, atendendo a necessidade de colocar em prática atividades de desenvolvimento sustentável, foi estabelecido a Facilidade Ambiental Global (*Global Environment Facility* - GEF), com o intuito de auxiliar os projetos de financiamento para os países em desenvolvimento que protegem o meio ambiente e promovem a sustentabilidade nas comunidades locais de seus territórios¹⁰. Os projetos do GEF são realizados principalmente por uma parceria tríade, constituída pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Banco Mundial (ONU, 2013a).

Com relação ao contexto do GEF, em 1994, a GEF foi reestruturada e retirada do sistema do Banco Mundial¹¹, já que em 1991 foi um programa piloto e formulado dentro de sua estrutura. Assim, a GEF torna-se uma organização independente, envolvida com os mais diversos países. Com isso, representando uma importante instituição internacional para o apoio de projetos de defesa do meio ambiente e é uma importante parceira do BID (GEF, 2013), conforme será observado no segundo capítulo deste trabalho. Isto posto, evidencia uma instituição que facilita a comunicação entre atores para o desenvolvimento sustentáveis locais, quer dizer, da mesma forma aplicável ao estudo aqui proposto e a cooperação entre BID, CEF e as cidades latino-americanas e caribenhas.

Na década de 1990 grandes conferências ocorreram, marcando grandes discussões sobre o meio ambiente e a importância de novos atores, contudo, mesmo

¹⁰ Segundo informações do *site* da ONU, o GEF: “forneceu 8,8 bilhões de dólares em doações e gerou mais de 38,7 bilhões em co-financiamento com os governos beneficiários, agências de desenvolvimento internacional, indústrias privadas e ONGs, para ajudar mais de 2.400 projetos em mais de 165 países em desenvolvimento e economias em transição – também fez mais de 10 mil pequenas doações diretamente à organizações não-governamentais e comunitárias.” (ONU, 2013a.)

¹¹ De acordo com o *site* da ONU, o Banco Mundial é uma agência especializada independente do Sistema ONU e é uma fonte global de assistência financeira ao desenvolvimento (ONU, 2013b). Assim, é importante destacar que o BID é uma estrutura financeira independente do Banco Mundial.

assim, ainda não se materializaram devido à questão ser considerada *low politic* (baixa política ou segundo nível) pela maioria dos Estados. Ou seja, temas ambientais eram considerados como um tema de menor importância pelos atores internacionais.

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – também conhecida como ECO 92 ou Rio 92 – teve a elaboração da Declaração do Rio e da Agenda 21, marcando um compromisso global para a defesa do meio ambiente (GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 91). Conforme Gonçalves e Costa (2011, p. 91), a Declaração produziu princípios para nortear as tomadas de decisões sobre o meio ambiente, o que mostrava o compromisso dos diferentes Estados com a temática ambiental, tanto os do Norte como os do Sul, que passaram a refletir sobre o emergente Direito Ambiental Internacional (SPETH; HASS apud GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 91-2).

Segundo o Medeiros (2012, p. 7): “A ECO-92 teve sucesso em estabelecer um acordo em torno do desenvolvimento sustentável a partir de uma intensa mobilização da sociedade civil e do engajamento dos Estados”. Desse modo, a partir do trecho do autor, este trabalho destaca a importância da sociedade civil na temática ambiental e como será observado através do Programa Cidades Sustentável, que é uma realização conjunta da Rede Nossa São Paulo, da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e do Instituto Ethos – ou seja, de atores da sociedades civil e que serão melhor trabalhadas ao decorrer do presente estudo. Ressalta-se que, há o apoio de diversos outros atores da sociedade civil, tanto nacionais quanto internacionais¹².

A RIO 92 também aprovou a Agenda 21 que foi considerada uma agenda global para o meio ambiente e estruturou-se como um detalhado plano para colocar o desenvolvimento sustentável em prática, agindo em quatro áreas: desenvolvimento social e econômico, conservação e administração de recursos para o desenvolvimento, fortalecimento do papel de grupos como ONGs, sociedade civil, empresas/indústrias e estabelecimento de meios de implementação (GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 92). Dentro dessas quatro grandes áreas, é possível identificar bases fundamentais para o objetivo de estudo aqui estudado, pois dar base ao que se verifica na atuação sustentável do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis, do BID, e do Programa Cidades Sustentável, da Sociedade Civil.

¹² Mais informações, consultar o *site* do Programa Cidades Sustentáveis, disponível em: < <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/realizadores>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

O ano de 2002 é o momento em que a Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência de Johannesburgo, abre oficialmente as discussões que levaram ao debate substancial sobre o desenvolvimento sustentável. Assim, este conceito se completa e se matura, já que há a conjugação de três dimensões do desenvolvimento sustentável: economia, meio ambiente e sociedade (STETH; HAAS apud GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 92).

A Conferência de 2002, em Johannesburgo, também traz um aspecto central para este estudo, pois há o início de “uma nova abordagem na governança global baseada na noção de ‘parcerias’ entre os diferentes atores” (STETH; HAAS, apud GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 92). Isto é, a parceria entre BID, CEF, Sociedade Civil e as cidades intermediárias da América Latina e Caribe – como foi o caso de João Pessoa –, compreende-se dentro dessa nova abordagem anteriormente contextualizada. Apesar disso, Gonçalves e Costa (2011, p. 92) traz a seguinte crítica à conferência: “Sem a liderança e a preparação presentes em 1992, no Rio de Janeiro, o encontro caminhou para resultados mais limitados, ficando clara a resistência de países como os Estados Unidos para estabelecer objetivos e prazos em propostas apresentadas”.

Neste contexto, todas essas discussões até então citadas, em geral, convergem para a busca do desenvolvimento sustentável como principal forma de resolução dos vários problemas ambientais e para a cooperação entre os mais diversos atores internacionais como forma de se obter resultados na área temática ambiental. Em 2012, a realização da Conferência Rio +20, no Rio de Janeiro, Brasil, representou a continuação dos debates e diálogos sobre a temática de defesa do meio ambiente e foi possível estabelecer metas para a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas metas seriam moldadas conforme os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo desenhados na Rio +20 e, posteriormente, acordados na Assembleia Geral da ONU¹³. Intenta-se, então, que os ODS tornem-se compromissos de todos os Estados membros da ONU após 2015, já que é o momento de término dos ODM (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2013).

A RIO +20 foi convocada, justamente, no 20º aniversário da Cúpula da Terra de 1992 (ECO 92) e, conforme Medeiros (2012, p. 7), o intuito da RIO +20 foi renovar e

¹³ No dia 7 de maio de 2013, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN) – que é um painel da ONU formado por especialistas de vários lugares do mundo - apresentou o primeiro rascunho dos dez Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), seguindo a recomendação do documento final da Rio +20 de criação dos ODS. Assim, há o início das discussões sobre os objetivos e passa por consulta pública no mês de março, só para depois ser apresentado como relatório final na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2013 (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2013).

atualizar o acordo global sobre meio ambiente representado pela Eco 92, principalmente em dois eixos: “o conceito de economia verde e a elaboração de uma nova arquitetura institucional” (MEDEIROS, 2012, p. 7). Em outras palavras, as discussões foram direcionadas em dois temas principais: como desenvolver uma economia verde e como tirar as pessoas da pobreza obtendo um desenvolvimento sustentável; e como ampliar a coordenação e cooperação internacional voltada para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). Conseqüentemente, observa-se que foi uma conferência para gerar caminhos para um futuro sustentável, com menos pobreza, mais empregos, com mais fontes de energia limpa e mais segurança para a população mundial, reafirmando, assim, compromissos assumidos desde a Agenda 21.

De acordo com o site do BID e que reforça a construção da temática ambiental e da concepção de desenvolvimento sustentável ao longo de conferências e diálogos, foi na Conferência Rio +20 que houve a assinatura do compromisso de cooperação entre BID e Caixa Econômica Federal na execução de programas e ações para a prática do desenvolvimento socioeconômico, em junho de 2012 (BID, 2013k). Sobretudo, aqui destaca-se a cooperação na aplicabilidade da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) e que evidenciará a importância da organização internacional BID, da agência financiadora CEF e das cidades intermediárias da América Latina e Caribe – dentre elas a cidade de João Pessoa. Assim, exige-se deste estudo a necessidade de discutir sobre os atores na ecopolítica, a complexidade do poder explicativo das Teorias das Relações Internacionais na temática ambiental, a questão da paradiplomacia e os atores subnacionais na promoção do desenvolvimento sustentável.

1.2 ATORES DA ECOPOLÍTICA E TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com a ampliação dos atores internacionais e da agenda de discussão, os Estados foram deixando de ser o único e central ator internacional responsável pelas tomadas de decisões e formadores da política internacional, já que as Organizações Intergovernamentais (OIG), empresas transnacionais, indivíduos e Organizações não Governamentais (ONG) estão cada vez mais submetendo “os Estados a novas coações, perdendo algumas atribuições de sua autoridade e também estão tendo que considerar o comportamento desses outros atores ao tomar suas decisões” (LE PRESTE, 2000, p.

97). Todas as discussões sobre a área ambiental, desde a Conferência da Biosfera em Paris até os últimos fóruns de debates internacionais, foram observadas a interlocução entre os diferentes atores que foram paulatinamente ganhando espaço, visibilidade e participação na formulação das políticas ambientais internacionais e na resolução de seus problemas.

Segundo Le Prestre (2000, p. 97), os estados são e continuarão sendo os atores dominantes da Ecopolítica internacional, não podendo os deixar de lado para sua compreensão. Entretanto, não se pode limitar-se unicamente pelo estudo deles para entender as políticas internacionais, pois, apesar de serem os atores mais importantes do cenário internacional, não são os únicos atores significativos.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 69), a ordem ambiental internacional é complexa e permeada de interesses, pois, além de se pautar em objetivos comuns de preservação e/ou defesa do meio ambiente, o que se tem visto no contexto internacional é a predominância dos interesses de cada parte – principalmente, Estados. Quer dizer, há leituras (neo)realistas das Relações Internacionais quanto a essa centralidade do interesse e, respectivamente, do Estado como ator auto-interessado.

Entretanto, há também elementos de interdependência global na temática ambiental (RIBEIRO, 2005, p. 69), bem como aqui se acrescenta o entendimento (neo) institucionalista liberal da importância das instituições internacionais no aporte à cooperação internacional e na implementação dos acordos multilaterais (LE PRESTE, 2000, p. 105). Isto é o caso do reconhecimento da ONU como ator internacional que acompanhou e impulsionou o crescimento da relevância da temática ambiental no cenário internacional (RIBEIRO, 2005, p. 53). Apesar de ressalvas de Ribeiro (2005, p. 69) quanto ao auto-interesse dos Estados na ordem ambiental internacional, este trabalho destaca também a centralidade da organização internacional ONU na difusão da defesa ao meio ambiente em nível internacional e na regulação de tensões ambientais internacionais, conforme reconhece ainda o referido autor (2005, p. 105):

Nos vinte anos transcorridos entre a reunião de Estocolmo e a do Rio de Janeiro, ocorreu a institucionalização da temática ambiental na ONU, que se somou às experiências de países que se articularam e estabeleceram acordos para tratar de problemas ambientais, como foi o caso do Tratado da Antártica. A ONU passou a desempenhar cada vez mais o papel de reguladora das tensões ambientais internacionalmente (RIBEIRO, 2005, p. 105).

Como verificado no trecho acima, a complexidade da ordem ambiental internacional permite interpretações teóricas das mais diversas e, de acordo com Ribeiro:

a ordem ambiental internacional não pode ser enquadrada em apenas uma das teorias das relações internacionais contemporâneas. A complexidade dos temas, entremeados pela controvérsia científica, amparam interesses e alianças as mais diversas, indicando que as análises devem ser específicas, dirigidas a cada caso (RIBEIRO, 2005, p. 69).

Com isso, a partir de contribuições dos construtivistas Ruggie e Kratochwill (1986), o presente trabalho visualiza aqui a importância das instituições internacionais como atores nas temáticas políticas, como é o caso da ONU e, mais precisamente, enfoca-se no BID e a sua atuação no fomento ao desenvolvimento sustentável das cidades da região da América Latina e do Caribe. Destaca-se também que as Organizações Internacionais são fornecedores de fóruns de discussão de negociação, nos quais as ideias são visualizadas, discutidas e implementadas (GAMA, 2007, p. 30; RUGGIE; KRATOCHWILL, 1986, p. 360). Neste estudo, principalmente fóruns em temas ambientais, conforme observado na realização de várias conferências sobre meio ambiente.

Nesse contexto, no período do fim da Guerra Fria, há reformulações importantes no plano internacional, marcado por diversas contestações sobre conceitos e atores no sistema internacional. Com isso, novas abordagens foram incorporadas às Relações Internacionais e, conseqüentemente, o desenvolvimento das novas teorias pós-positivistas, passaram também a incorporar o que antes era deixado de lado, como é o caso da temática do meio ambiente e as Relações Internacionais. Desse modo, questões de *Low politics* (baixa política ou segundo nível), ganharam destaque nas relações internacionais e no seu campo de estudos, bem como atores não estatais sobressaltam-se em diversas áreas (DIAS, 2010.s/p).

A partir da discussão teórica de Herz e Hoffmann (2005, p. 74-5) quanto o papel das Organizações Internacionais, esta pesquisa aborda também a importância das contribuições construtivistas das Relações Internacionais na análise da construção da temática ambiental no contexto internacional. Para essa abordagem, há o destaque ao papel fundamental das organizações no contexto internacional, pois essas podem modificar o comportamento, os interesses e as identidades dos Estados e outros atores¹⁴.

¹⁴ Apesar de semelhança com as ideias neoinstitucionalistas liberais, essa vertente das relações internacionais compreendem a importância das organizações internacionais, mas que "a teoria institucionalista toma as concepções de que os interesses estatais são exógenos: sem explicação dentro dos termos da teoria" (KEOHANE, 1993, p. 285) [tradução livre]. Para o presente estudo, adotando uma visão construtivista, as Organizações Internacionais podem modificar e construir os interesses, identidades e a realidade social (LACERDA, 2011, p. 43), como no caso aqui estudado dos interesses na defesa do meio ambiente.

Além disso, para os construtivistas, mesmo reconhecendo a importância dos Estados no âmbito internacional, outros atores podem influenciar questões internacionais, como é o caso de, além das instituições internacionais, as ONGs, a Sociedade Civil e, sobretudo nesse estudo, a emergência dos entes subnacionais no cenário internacional. Sendo assim, este é o caso aqui estudado do papel do BID na modificação dos interesses e das identidades dos Estados latino-americanos e caribenhos, principalmente, quando o BID busca modificar os atores, tanto Estados quanto atores subnacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Ao mesmo tempo, é relevante destacar também que Herz e Hoffmann (2005, p. 75) observam que os construtivistas também trazem a importância das ideias para o cenário internacional, como é o caso da ideia de desenvolvimento sustentável. De acordo com Wendt (2000, p. 1), em análises sobre a centralidade das ideias para a estrutura e agentes internacionais, o autor entende que as ideias são socialmente construídas e são bases distributivas da realidade social. Assim, dentre os atores que disseminam essas ideias, as organizações internacionais são aqui destacadas, como é o caso da ONU e do BID na discussão de ideias em fóruns internacionais, levando a mudanças de políticas estatais e locais. Isto é, no tocante à temática ambiental, essas organizações disseminam ideias de defesa do meio ambiente e desenvolvimento ambiental, modificando políticas das mais diversas.

Para alguns teóricos, há o pensamento de que evoluir em prol do meio ambiente pode emancipar o homem, já que esses poderiam conciliar interesses antropocêntricos (homem no centro das atenções) e ambientais (LE PRESTRE, 2000. s/p), lendo a uma nova ordem ambiental internacional. Segundo Goodin (apud BALL, 2006, p. 137), através das discussões das várias temáticas ambientais, pode-se chegar a uma “emancipação da Terra”, o que permite que haja uma conciliação de interesses antropocêntricos (dos homens), animais e ecológicos/ambientais, como aqui se enfoca no desenvolvimento sustentável. Todavia, novamente pontuando, conforme destacada Ribeiro (2005, p. 69), o poder explicativo teórico das questões ambientais dependerá do caso estudado, principalmente pela complexidade da ordem ambiental internacional.

Depois desta discussão teórica, cabe aqui retornar à temática dos atores da ecopolítica internacional, focando nas Organizações Intergovernamentais, que são, de acordo com Le Prestre (2000, p. 99), associações formais entre estados, que perseguem a realização de objetivos comuns, pressupondo um acordo permanente – um tratado ou uma resolução da Assembleia Geral da ONU -, estruturas decisórias regulares,

orçamento, administração e uma sede social. Possuem diferentes funções como: legitimação, já que estabelecem fóruns de debate dos seus problemas; controle de problemáticas globais; informação, pois propiciam aos Estados um acesso imparcial e equitativo aos conhecimentos científicos; socialização entre atores; função normativa, visto que criam normas e codificam o Direito Internacional; reguladora e providencial, pois fiscalizam e tomam atitudes quanto às normas institucionalizadas; entre outras. Além de acrescentar aos Estados sua contribuição ao reforço das aptidões nacionais (LE PRESTRE, 2000, p. 100). Destaca Le Prestre (2000, p. 99, grifo nosso):

As OIGs mais importantes para a ecopolítica são aquelas vinculadas ao sistema das Nações Unidas, como o Pnuma, o secretariado da ONU (do qual depende a CDD), a Unesco, a FAO, o Pnud, a OMM e a OMS. **São também importantes os bancos interamericanos de desenvolvimento – Bird, BID, BafD, em especial** – e certas organizações regionais como a União Europeia.

Com isso, para os anseios deste trabalho, o BID, como Organização Intergovernamental (OIG) de natureza técnica-financeira, possibilita a cooperação descentralizada com a CEF – representante financiadora estatal – e as cidades intermediárias da América Latina e Caribe, sendo, a partir de uma construção social histórica: um ator legítimo em temática ambiental; responsável por propor solução para o problema ambiental global, detentor de informação e conhecimento, imparcial e técnico em desenvolvimento sustentável; propõe normas para os atores que assinem contrato com o banco; age como regulador do cumprimento das metas acordadas com os atores; entre outras funções da OIG aqui estudada. Portanto, a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis evidencia as funções do BID na provisão de conhecimento e financiamento para desenvolver sustentavelmente o meio local, como as cidade de João Pessoa e Goiânia no Brasil.

Além da ICES, este estudo busca abranger também o Programa Cidades Sustentáveis, que é realizado por entes da sociedade civil e evidencia novamente a importância desse ator da ecopolítica para a resolução de questões ambientais. A sociedade civil engloba a participação de empresas transnacionais, da comunidade científica e das organizações não governamentais (ONG), que elaboram e envolvem-se em fóruns internacionais sobre meio ambiente dando suas opiniões e contribuindo para discussão dos problemas ambientais (GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 95), conforme anteriormente destacado no papel das ONG nas conferências da ONU, principalmente a partir da RIO 92 e na Rio +20.

Segundo Gemmil e Bamidele-Izu (2005 apud GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 96-7), as ONGs têm as funções de coleta e difusão de informações, consulta para o desenvolvimento e implementação de políticas, avaliação e monitoramento e advoga a favor da justiça ambiental. De maneira resumida, as Organizações não Governamentais agem pressionando os estados ou administrações locais subnacionais para tomar determinadas ações. As ONG também ampliam a consciência social sobre a importância e necessidade de preservação ambiental, bem como realizam campanhas objetivas em temas concretos e mobilizando seus recursos e militantes para ações específicas (GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 97).

Nota-se, assim, o importante papel das ONG, aqui materializada na figura da sociedade civil organizada em torno do Programa Cidades Sustentável, que difunde informações sobre sustentabilidade a todas as cidades participantes de sua rede, além de monitorar, avaliar e advogar em prol das políticas ambientais que levam ao desenvolvimento sustentável. Portanto, a partir deste panorama dos atores da ecopolítica, por meio de contribuições de Le Prestre (2000) e Gonçalves e Costa (2011), fica evidenciada a necessidade de discutir a emergência das cidades como atores internacionais, principalmente pretendendo trazer reflexões sobre as cidades ou localidades como atores da ecopolítica.

1.3 A PARADIPLOMACIA E A AÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES

Para embasar a compreensão sobre as cidades como atores da ecopolítica, o presente trabalho visualiza a necessidade de um aprofundamento sobre a paradiplomacia, pois permitirá analisar a figuração dos governos subnacionais (estatais e municipais)¹⁵ como atores no sistema internacional. Haja vista que, as negociações da Plataforma Cidades Emergentes e Sustentáveis giram em torno de governos subnacionais, fugindo assim dos trâmites da diplomacia tradicional, que é focada nos Estados nacionais. Assim sendo, os Estados, além de terem deixado de serem os únicos responsáveis pelo fomento de políticas internacionais, começaram a perder a centralidade de relacionar-se no meio internacional, cedendo espaço para os “entes

¹⁵ A paradiplomacia é um fenômeno de ação internacional de governos subnacionais, o que inclui: “todas as unidades governamentais infraestatais, como municípios, estados provinciais, departamentos, aglomerações urbanas, regiões etc.” (KLEIMAN; CEZARIO, 2011, p. 301). Todavia, este estudo focará na análise dos municípios, quer seja, das cidades intermediárias da América Latina e do Caribe inseridas na ICES.

federativos (estados, no caso brasileiro, ou províncias), municípios e cidades – os também chamados de atores subnacionais” (DIAS, 2010).

Diferentemente da diplomacia, o termo “paradiplomacia” surge para abranger as relações internacionais que não ocorrem ou que não depende dos governos estatais. Uma definição ampla de paradiplomacia é apontada por Salomón (2011, p. 274):

pode ser definida como o envolvimento dos governos subnacionais nas relações internacionais, através do estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou *ad hoc*, com públicos estrangeiros ou com entidades privadas, com o objetivo de promover questões socioeconômicas ou políticas, assim como qualquer outra dimensão externa de suas próprias competências constitucionais.

Segundo Dias (2010, s/p): “Pode-se considerar a paradiplomacia como uma das formas de descentralização na gestão das relações internacionais”. Quer dizer que, de um lado, dimensões locais e internas dos Estados passam a ter importância na política externa dos Estados, bem como, por outro lado, há a internacionalização de aspectos da política interna (SALOMÓN, 2011, p. 271-2). Isto é, esse é o caso da relação de cooperação entre as Cidades da América Latina e Caribe – como é o caso da Cidade de João Pessoa –, a CEF – agente financiador estatal – e o BID na construção de plano de ações para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Uma das principais características da paradiplomacia é a cooperação, que seria, conforme Oliveira (2012, p. 393), uma cooperação descentralizada e, conforme Kleiman e Cezario (2011, p. 302), seria “a ação internacional dos governos locais”. Assim, os entes subnacionais podem ser eficazes na promoção de cooperação internacional e no desenvolvimento local, trocando experiências e políticas públicas nas mais diversas áreas – aqui, sobretudo, em temática ambiental e/ou desenvolvimento sustentável.

Ao mesmo tempo, a criação de rede de cidades é um fator importante para o desenvolvimento da paradiplomacia e permite aos entes subnacionais estabelecerem vínculos com outros entes e com outros atores internacionais (DIAS, 2010. s/p). A respeito da facilidade dos municípios de fazer organizações em rede, Salomón (2011, p. 302) aponta que:

As semelhanças do movimento mundial de governos locais e outros movimentos sociais internacionais, a maior facilidade (em comparação com os governos intermediários) com que podem criar redes transnacionais políticas e técnicas entre eles e com outros atores, assim como o maior grau de politização das ações das administrações municipais no exterior são elementos a favor do argumento de que os governos municipais estão menos condicionados pelas responsabilidades da soberania do que os intermediários [estados federativos].

Consoante ao trecho acima, a estruturação e inserção de cidades em forma de rede são visualizadas neste estudo tanto na ICES quanto no Programa Cidades Sustentáveis, já que é um meio importante de cooperação e ligação entre os municípios inseridos nos dois projetos.

Os atores subnacionais tanto podem se relacionar com Estados, OIG, ONG, empresas transnacionais, como podem com outros atores subnacionais. Esse relacionamento entre atores subnacionais, com outros atores nacionais e/ou internacionais leva o nome de paradiplomacia (SALOMÓN, 2011, p. 275). Esse tipo de diplomacia é entendida como “a ação exterior dessas instâncias de governo que não podem ser incluídas na diplomacia tradicional” (DIAS, 2010. s/p). E ainda: “A paradiplomacia serve para identificar as novas forma de relação do ambiente local com o meio internacional, cujo sujeito não é o Estado Nação” (DIAS, 2010. s/p). Portanto, é o caso das cidades da América Latina e, conseqüentemente, do município de João Pessoa e a sua inserção na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), em parceria com BID e CEF.

O presente trabalho colocará em foco os atores subnacionais (principalmente, a cidade de João Pessoa), seus líderes e o uso da paradiplomacia como ferramenta de inserção internacional. Esses autores podem ser outros atores subnacionais, através de uma estruturação em cidades em rede, conforme utilizado tanto pela ICES quanto pelo Programa Cidades Sustentáveis, bem como pode haver paradiplomacia com os atores nacionais – no caso aqui estudado, é representado pela Caixa Econômica Federal (CEF) – e com os atores internacionais – como é a Organização Intergovernamental Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além do mais, este estudo discutirá também a participação da sociedade civil organizada, através do Programa Cidades Sustentáveis e das ONG nele inseridas.

Portanto, todos esses atores serão os agentes envolvidos no estudo aqui desenhado e pretende-se observar como as relações internacionais estão interligadas às políticas locais. Em outras palavras, como políticas globais em prol do desenvolvimento sustentável, que foram formadas e difundidas no meio internacional através das Conferências ambientais e dos Organismos Internacionais, se aplicam no meio local, na melhoria de vida da sua população e do ambiente onde os indivíduos vivem. Isto é, o que acaba sendo positivo não só para o meio local, mas também para o global,

repercutindo diretamente e mostrando certa complementariedade de prisms local e global na análise das temáticas da ordem ambiental internacional.

CAPÍTULO II

O BID E A SOCIEDADE CIVIL NO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ICES e Programa Cidades Sustentáveis

O presente capítulo busca apresentar e descrever os projetos de desenvolvimento sustentáveis estudados e os principais atores não estatais que participam diretamente ou indiretamente, cujo objetivo é transformar a cidade em um local mais desenvolvido sustentavelmente, conforme as políticas internacionais para o meio ambiente. Assim, a ordem ambiental internacional, socialmente construída nas grandes conferências da ONU, contou com a participação dos mais diversos atores internacionais, como se abordou no capítulo anterior, e mostra-se aplicável à realidade das cidades da região da América Latina e Caribe, o que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o prisma local.

Desse modo, este estudo busca descrever, em primeiro lugar, a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), criada pelo BID, que é ápice da construção de políticas de desenvolvimento sustentável do banco. Para tanto, antes disso, é importante visualizar a evolução do BID e das temáticas ambientais em sua estrutura.

Ao mesmo tempo, no presente capítulo, faz-se um panorama sobre o Programa Cidades Sustentável, que é um projeto de ONGs brasileiras – Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e o Instituto Ethos. Esse programa evidencia a força da Sociedade Civil no monitoramento e engajamento em ações para propiciar o desenvolvimento sustentável. Assim, juntamente à Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, percebe-se a forma que os atores estudados vêm adotando respostas às problemáticas de natureza ambiental.

2.1 BID E MEIO AMBIENTE

De acordo com o *site* oficial do Banco Interamericano de Desenvolvimento¹⁶, atualmente, o BID é uma das fontes de financiamento multilateral e de conhecimentos técnico/teórico para o desenvolvimento econômico, social e (ALMEIDA, 2008, p. 13) – sobretudo, destaca-se aqui – sustentável na região da América Latina e no Caribe (BID,

¹⁶ Site oficial do BID: <<http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html#.UcORe-f2aSol>>. Acesso em: 29 de maio de 2013a.

2013b). Todavia, a inserção do desenvolvimento sustentável passou por um processo de construção dentro do BID e, conseqüentemente, afetou suas políticas de ação. Assim, cabe a este trabalho traçar um panorama sobre o BID e a forma como a temática ambiental foi ganhando centralidade para essa instituição internacional para o desenvolvimento.

O BID foi fundado em 1959 como uma parceria entre 19 países da América Latina e os Estados Unidos, com o objetivo de fomentar os desenvolvimentos econômico e social dos estados da América Latina e Caribe. Os países membros originais eram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos (BID, 2013j).

No decorrer dos anos, o Banco ampliou o número de membros, inicialmente somente no Hemisfério Ocidental. Trinidad e Tobago tornou-se membro em 1967, logo seguido de Barbados (1969), Jamaica (1969), Canadá (1972), Guiana (1976) e Suriname (1980). Os países membros de fora do Hemisfério Ocidental, 16 Estados europeus mais Israel e Japão, tornaram-se membros entre 1976 e 1986. Belize passou a membro em 1992 e a Croácia e Eslovênia aderiram como estados sucessores da Iugoslávia em 1993. A República da Coreia tornou-se um país membro em 2005 e a República Popular da China em 2009. Cuba assinou, mas não ratificou a carta da instituição, não sendo considerado ainda membro (BID, 2013j, s/p.). Atualmente, os Estados Membros são dispostos, conforme a figura abaixo, da seguinte forma:

Figura 1 – Países membros do BID

Alemanha*	Dinamarca*	México* ^
Argentina* ^	El Salvador* ^	Nicaragua* ^
Áustria*	Equador* ^	Noruega*
Bahamas* ^	Eslovênia	Países Baixos * ^
Barbados* ^	Espanha* ^	Panamá* ^
Bélgica*	Estados Unidos* ^	Paraguai* ^
Belize* ^	Finlândia*	Peru* ^
Bolívia* ^	França* ^	Portugal* ^
Brasil* ^	Guatemala* ^	Reino Unido ^
Canadá^	Guiana* ^	República Dominicana * ^
Chile* ^	Haiti* ^	Suécia * ^
China, República Popular da* ^	Honduras* ^	Suíça * ^
Colômbia* ^	Israel*	Suriname* ^
Coréia, República da* ^	Itália* ^	Trinidad e Tobago* ^
Costa Rica* ^	Jamaica* ^	Uruguai* ^
Croácia	Japão* ^	Venezuela* ^

Fonte: BID (2013e). Países em cor azul e sublinhado é um “membro mutuário”¹⁷; Cor preta e sem sublinhado é um “membro não mutuário”; (*) “Membro da Corporação Interamericana de Investimentos”¹⁸; e (^) “Membro do Fundo Multilateral de Investimentos”¹⁹.

Assim sendo, o BID é uma Organização Internacional Intergovernamental de propriedade de seus 47 estados membros, dos quais 26 são membros mutuários (ALMEIDA, 2008, p. 14). Entretanto, a noção de uma instituição para promover o desenvolvimento da América Latina foi construída a partir do surgimento da ideia na I Conferência Pan-Americana, em 1890 — a iniciativa pioneira para a criação de um sistema interamericano. Mas muito tempo se passou até que o BID se tornasse realidade, só sete décadas depois foi lançada uma proposta pelo então presidente

¹⁷ Membros mutuários são aqueles que podem receber empréstimos e segundo o site do BID (2013f): “O BID possui 26 países membros mutuários, todos na América Latina e no Caribe. Juntos, eles possuem 50,02% do poder de voto na Diretoria do BID da América Latina e do Caribe”. Mais informações: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/paises-membros-mutuarios,6005.html>>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

¹⁸ A corporação Interamericana de Investimentos (CII) faz parte do Grupo BID, assim como o banco e o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN). De acordo com Almeida (2008, p. 15): A CII é uma organização internacional pública distinta do BID, com administração independente, voltada para o financiamento de empresas privadas, especialmente as de pequeno e médio porte, com a finalidade de “promover o desenvolvimento econômico dos seus países membros da América Latina e do Caribe”.

¹⁹ Além do banco e da CII: “o FUMIN está sob a administração do Banco e seus doadores figuram entre os países membros do BID. Este *Fundo*, assim como a CII, é também voltado exclusivamente para o financiamento de projetos visando o *desenvolvimento* do setor privado, em especial das micro, pequenas e médias empresas. No entanto, a natureza de seus empréstimos é distinta: para apoiar o desenvolvimento do setor privado o FUMIN fornece recursos a organizações do setor público e a instituições sem fins lucrativos (o que pode incluir fundações, ONGs ou associações industriais e comerciais)” (ALMEIDA, 2008, p. 15-6) [grifo do autor].

brasileiro, Juscelino Kubitschek. Com isso, a criação do BID teve a centralidade da atuação do Brasil (ALMEIDA, 2008, p. 20). Além do mais, o Banco foi criado formalmente em 1959, quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) redigiu o acordo de fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo central do BID posto no Convênio Constitutivo do Banco, em 1959, era: “contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em vias de desenvolvimento” (BID, 1996, p. 5). Quanto às funções, foram designadas as seguintes:

(a) (i) promover a inversão de capitais públicos e privados, para fins de desenvolvimento; (ii) utilizar seu próprio capital, os fundos que obtenha nos mercados financeiros e os demais recursos de que disponha, para financiar o desenvolvimento dos países membros, dando prioridade àqueles empréstimos e operações de garantia que contribuam mais eficazmente para o crescimento econômico dos mesmos; (iii) estimular os investimentos privados em projetos, empresas e atividades que contribuam para o desenvolvimento econômico, e complementar as inversões privadas, quando não houver capitais particulares disponíveis em termos e condições razoáveis; (iv) cooperar com os países membros na orientação da sua política de desenvolvimento, para uma melhor utilização de seus recursos, de forma compatível com os objetivos de uma maior complementação de suas economias e da promoção do crescimento ordenado de seu comércio exterior; e (v) prestar assistência técnica para o preparo, financiamento e execução de planos e projetos de desenvolvimento, inclusive o estudo de prioridades e a formulação de propostas sobre projetos específicos. (b) No desempenho de suas funções, o Banco cooperará, tanto quanto possível, com os setores privados que forneçam capital para investimentos, e com instituições nacionais ou internacionais (BID, 1996, p. 5).

Ao longo dos anos, o BID acrescentou novos países membros e aumentou seu capital em nove vezes. Essas ações permitiram que o BID elevasse o apoio para a redução da pobreza e outros programas de desenvolvimento que ajudaram a transformar América Latina e o Caribe (BID, 2013b). Sendo assim, visualiza-se que o BID inicialmente se centrou em questões de desenvolvimento econômico e social, já que, conforme visualizou este estudo no capítulo anterior, a temática ambiental ainda era pouco discutida na ordem mundial. Com isso, a partir daqui, traz-se a necessidade de observar a construção e inserção da preocupação ambiental no BID.

De acordo com a “Minuta de Política: Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas”, de 12 de novembro de 2004, o BID foi o primeiro banco multilateral de desenvolvimento a adotar uma política do meio ambiente em 1979, o que: “conferiu à instituição um amplo mandato para garantir a qualidade ambiental de suas operações e apoiar projetos ambientais na região” (BID, 2004, p. 2). Já na década de 1990, o BID apoiou e defendeu os princípios expostos na Declaração do Rio, em 1992, tendo como

consequência a declaração de que o Meio Ambiente seria uma prioridade do Banco para apoios aos países e projetos, assim: “conferiu vários mandatos ambientais específicos que desde então vêm norteando seu trabalho” (BID, 2004, p. 2).

Em 2003, a Diretoria Executiva do BID deu curso a uma nova estratégia na área ambiental e traçou um plano de ação para reforçar resultados de sustentabilidade, tendo, sobretudo, incorporado o desenvolvimento sustentável como dimensão indissociável do desenvolvimento social e econômico. Com isso, foi institucionalizada a “Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas”, que consiste em: “oferecer as diretrizes necessárias para operacionalizar prioridades-chaves expostas na Estratégia do Meio Ambiente do Banco” (BID, 2004, p. 2). Consequentemente, essa política pretendeu substituir a política de 1979 (BID, 2004, p. 2).

O BID entrou no GEF – Global Environmental Facility –, em maio de 2004, como uma agência financeira de execução de projetos ambientais do GEF e também próprios, tendo acesso direto aos recursos do GEF. O Banco tornou-se uma das dez agências do GEF e passou a ter um papel fundamental na gestão de projetos do GEF nos países da América Latina e Caribe, principalmente auxiliando os governos eleitos e as ONG no desenvolvimento, implementação e gerenciamento de projetos do GEF (BID, 2013i). Além disso, o BID e o GEF têm buscado maiores aproximações e realização de projetos em conjunto.

Em 2006, com a aprovação, pela Diretoria Executiva, de uma nova política de Meio Ambiente e Salvaguardas, o BID formalizou-se seu objetivo de colocar a proteção ambiental como princípio para todos os seus empréstimos e operações de cooperação técnica. Assim, como posto no próprio *site* do BID:

a nova política atualiza e sistematiza um conjunto de práticas ambientais desenvolvidas pelo BID durante os últimos 20 anos, tais como as consultas a populações locais e outras partes interessadas, salvaguardas, a incorporação de princípios de sustentabilidade às estratégias de país, e a aplicação de melhores práticas e padrões da comunidade internacional (BID, 2006, s/p.).

No contexto atual, o Banco Interamericano trabalha para eliminar a pobreza e a desigualdade, bem como promover o crescimento econômico sustentável. Ele ajuda na elaboração de projetos e oferece financiamento, assistência técnica e conhecimentos para apoiar intervenções de desenvolvimento. O Banco utiliza dados empíricos para tomar decisões e medir o impacto desses projetos, buscando aumentar a eficiência do desenvolvimento sustentável (BID, 2013h). Ele trabalha, assim, conforme a premissa de que o desenvolvimento sustentável tem que ser elaborado de acordo com as

especificidades de cada local. Cada cidade possui suas especificidades e, desse modo, destaca-se a importância de um plano de ação e metas para cada município inserido na ICES.

Há também uma evolução nas funções do BID, tendo as seguintes áreas principais de ação para ajudar os países e outros atores a alcançar maior progresso econômico e socioambiental: reduzir a pobreza e as desigualdades sociais; suprir as necessidades dos países pequenos e vulneráveis; promover o desenvolvimento através do setor privado; enfrentar a mudança climática, energia renovável e sustentabilidade ambiental; e promover a cooperação e integração regionais. Na área ambiental, o BID ajuda os Estados-membros a atender suas demandas de atividades e de financiamento, com a finalidade de melhorar a gestão de áreas protegidas, gerando oportunidades de renda para as comunidades que dependem dos serviços dos ecossistemas, gestão dos recursos costeiros e marinhos, e apoiar gestão de iniciativas de mudanças climáticas e de risco de desastres em bacias hidrográficas críticas (BID, 2013b, s/p.).

De acordo com Santana (2012, p. 22-3), atores internacionais se têm empenhado em discutir criticamente a questão do “atendimento à pobreza” e o tema do “desenvolvimento sustentável”, com a incorporação desses temas na agenda ambiental, no âmbito dos ajustes estruturais. Com isso, articulado a essa agenda, o BID tem, atualmente, como principais metas: “prioridade à ‘redução da pobreza’ e à equidade social, ao ‘crescimento ambientalmente sustentável’, à modernização do Estado e à integração regional” (SANTANA, 2012, p. 23, grifo do autor; BID, 2011a, s/p). Sendo assim, dentro das ações do BID em meio ambiente, este estudo foca, então, na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).

2.2 A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS (ICES)

Conforme já abordado na introdução deste estudo, a ICES é uma plataforma que busca ajudar cidades intermediárias a tomar decisões de planejamento eficientes, com a finalidade de alcançar o “desenvolvimento urbano sustentável e inteligente” (BID, 2013b, s/p.)²⁰. Destaca-se que a concepção do BID traz a necessidade de restringir o conceito de desenvolvimento sustentável para um desenvolvimento urbano e inteligente,

²⁰ Mais informações sobre ICES: <<http://iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles/ciudades-emergentes-y-sostenibles,6656.html>>. Acesso em: 23/04/ 2013.

já que há foco nas cidades e nas execuções de planos de ação, que apresentam-se metodologicamente²¹ embasados e baseados em metas.

A ICES mobiliza e coordena toda uma capacidade técnica para entregar às cidades alguns planos de ação – fundamentados, priorizados e práticos. Em 2012, com base no que foi aprendido durante a fase piloto, realizado em Goiânia, Trujillo, Porto de Espanha, Santa Ana e Montevideu, o Banco Interamericano lançou a ICES, com o objetivo de aplicar a metodologia nos 26 países membros mutuários até 2015 (BID, 2013b). De acordo com Guia Metodológico da ICES, o enfoque da iniciativa é:

A ICES representa uma nova maneira de abordar os desafios mais urgentes de sustentabilidade da cidade, mediante um enfoque abrangente e interdisciplinar, necessário para identificar o caminho para a sustentabilidade de longo prazo. Conceitualmente, está demarcada por três dimensões da sustentabilidade: ambiental e de mudança climática; urbana, compreendendo o desenvolvimento urbano integral, a mobilidade/o transporte, o desenvolvimento econômico e social, a competitividade e a segurança; e fiscal e de governabilidade (BID, 2012, p. 2).

A ICES age como uma rede de cidades ligadas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, pois coloca em prática o conceito de cidades em redes sendo uma plataforma interativa das cidades participantes²². Desse modo, é importante aqui trazer um conceito de cidades em redes, que, de acordo com Almeida (2011, p. 22-23), a ideia de cidades em redes é antiga e remete às cidades-estados da Grécia, pois eram cidades independentes, mas interligadas aos interesses comuns para proteger o território grego. Quer dizer, o interesse comum das cidades interligadas é uma característica qualificadora dessas redes de cidades e, nos objetos de pesquisa aqui estudados, o interesse comum seria obter o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de desenvolver as cidades.

Ao mesmo tempo, contribuições de Sugisawa (2008 apud ALMEIDA, 2011, p. 23) pontuam algumas características das cidades em redes: primeiro, conforme visto anteriormente, há a questão de existência de objetivos comuns; segundo, há a abertura e dinâmica das estruturas, com capacidades ilimitadas de expansão, com geralmente um esquema horizontal de organização, ou seja, sem hierarquias. Isto posto, é o que este

²¹ Segundo Guia de Metodologia da ICES (BID, 2012, p. 9): “A metodologia da ICES emprega um método de avaliação rápida e se baseia principalmente em dados e informação secundária, guiados por um conjunto de aproximadamente 150 indicadores, dos quais 60 são básicos e o resto de apoio. A metodologia aproveita os dados existentes, complementa-os e consegue alcançar a profundidade necessária com a participação qualitativa de um seletivo grupo de especialistas e pessoal envolvido com o tema, o que permite a rápida identificação dos problemas, sua priorização e o estabelecimento de estratégias e ações, assim como também o planejamento das soluções que serão postas em prática”.

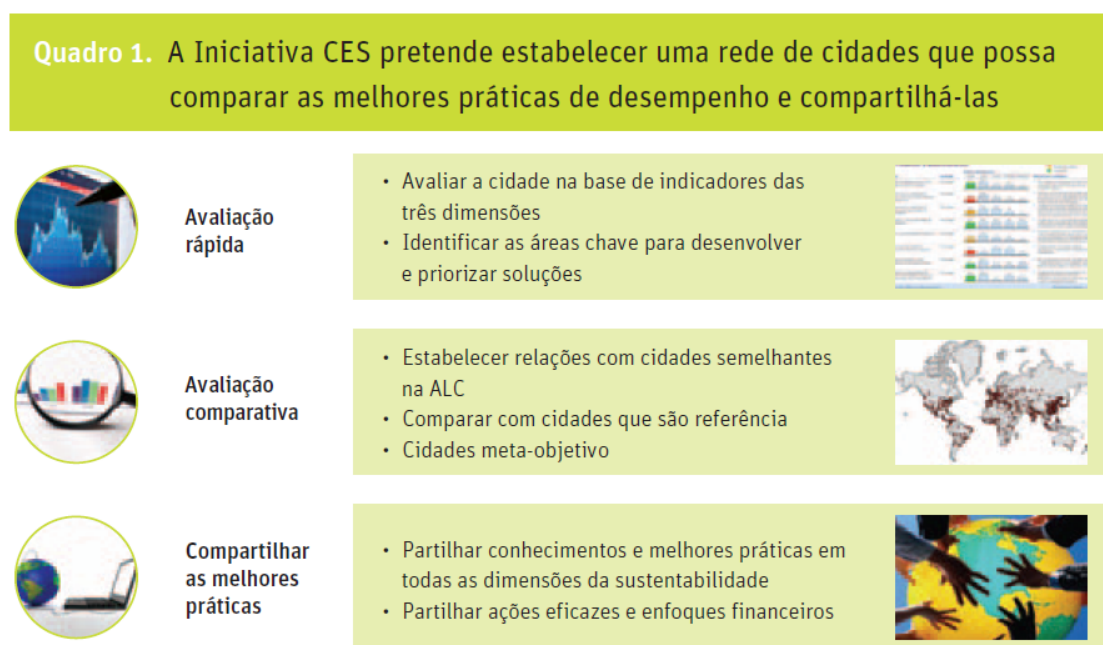
²² Ver Anexo A, que traz as cidades que participam da ICES atualmente.

estudo visualizou na análise da plataforma de cidades em redes ICES, pois apresenta objetivos comuns em desenvolvimento urbano sustentável e não há hierarquias entre as cidades. Segundo o Guia de Metodologia:

À medida que aplicarem a metodologia da ICES, mais cidades da América Latina e do Caribe (ALC) passarão a fazer parte de uma rede de cidades sustentáveis. A participação na rede permitirá partilhar experiências, pontos de referência, melhores práticas e lições aprendidas. A coleta e partilha desses dados e informações aumenta o conhecimento das cidades e permite realizar uma avaliação rápida e o acompanhamento eficaz dos avanços (BID, 2012, p. 2-3).

Assim, para melhor entendimento do trecho acima, o Guia do BID traz o seguinte quadro ilustrativo:

Figura 2 – Quadro sobre cidades em redes ICES



Fonte: BID, 2012, p. 3.

A rede de cidades ICES tem como objetivos: incentivar a construção de vínculos, parcerias, troca de experiências e melhores práticas entre os líderes locais e outras organizações relacionadas com o tema da sustentabilidade na região; criar agendas de ação em favor do progresso, inclusive da América Latina e de forma sustentável; coletar informações das cidades participantes e promover o contato e troca de documentos entre eles online (BID, 2013h). Com isso, esta pesquisa observa que o BID construiu uma rede de interações de cidades em nível regional, já que o foco do Banco são os países mutuários da América Latina e Caribe.

De acordo com o Guia de Metodologia do BID (2012, p. 2), a metodologia implementada pelo BID traz uma análise qualitativa fundamentada em um conjunto de indicadores, bem como há uma análise técnica qualitativa, tanto do Banco quanto local, baseando um conhecimento profundo e nas experiências de diversos especialistas. Com isso, permite-se diagnosticar as realidades e traçar prioridades. Sobretudo, um aspecto importante é que, há a incorporação de uma parte crítica à abordagem do BID, pois:

Uma parte crítica dessa abordagem é a incorporação das preocupações e ambições de um grupo importante de cidadãos e organizações interessadas (por exemplo, o BID, a cidade, o governo nacional, o setor privado, entidades sem fins lucrativos e a comunidade) (BID, 2012, p. 2).

Portanto, conforme o trecho acima destaca, o BID traz tanto contribuições de outros atores para seus projetos como busca beneficiar, além dos Estados e dos organismos internacionais, as empresas privadas e organizações da sociedade civil (ALMEIDA, 2008, p. 15). Com isso, no próximo tópico, cabe ao presente trabalho descrever o Programa Cidades Sustentáveis, de ONG e outros atores da Sociedade Civil, com o intuito de criar a base para o entendimento de uma possível relação entre as propostas de desenvolvimento sustentável – a ICES e o Programa Cidades Sustentáveis. Além de que, a cidade de João Pessoa está inserida nos dois projetos e isso faz com que esta pesquisa fique alerta quanto aos choques de interesses e/ou complementariedade dos projetos do BID e da Sociedade Civil.

2.3 SOCIEDADE CIVIL E O PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

O Programa Cidades Sustentáveis²³ nasceu por iniciativa da sociedade civil organizada, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades no Brasil e no mundo, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013a, s/p.). Esse projeto oferece aos líderes de governos uma agenda completa de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores associados a essa agenda e um banco de boas práticas²⁴, com casos que

²³ Devido à inovação da temática e atualidade do tema, o presente trabalho utilizará do *site* oficial do Programa Cidades Sustentáveis como maior fonte literária para descrever o referido projeto da Sociedade Civil. Mais informações sobre o site: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

²⁴ De acordo com o site do Programa Cidades Sustentáveis: “Boas práticas tem como objetivo inspirar ações de gestores públicos, empresas e outras instituições para a construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis”. Mais informações: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas>>. Acesso em: 26/04/2013.

obtiveram êxito nos meios nacionais e/ou internacionais tomados como exemplos a serem seguidos pelos municípios. Seu objetivo é sensibilizar e mobilizar, incentivar – através do Prêmio Cidades Sustentáveis²⁵ – as cidades em todo o meio internacional para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013b).

Para isso, o Programa Cidades Sustentáveis oferece: ferramentas, uma agenda para a sustentabilidade das cidades que aborda as diferentes áreas da gestão pública, em 12 eixos temáticos²⁶, e incorpora de maneira integrada às dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural; Indicadores²⁷ gerais e indicadores básicos associados aos eixos da plataforma; casos exemplares e referências nacionais e internacionais de excelência para a melhora integrada dos indicadores das cidades, proporcionando que haja “boas práticas”. Os prefeitos e partidos políticos deverão estar dispostos a promover a Plataforma Cidades Sustentáveis em suas cidades e a prestar contas das ações desenvolvidas e dos avanços alcançados por meio de relatórios, revelando a evolução, no mínimo, dos indicadores básicos relacionados a cada eixo (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c).

As cidades participantes ganham, assim, visibilidade em materiais de divulgação e nos meios de comunicação, têm acesso a informações estratégicas, trocam experiências com outros municípios, além de se constituírem como referências exemplares de desenvolvimento sustentável. Também, recebem uma área exclusiva no

²⁵ Conforme o *site* do Programa: “O objetivo do Prêmio Cidade Sustentáveis é estimular a implementação de políticas públicas inovadoras, além de induzir à competição saudável entre cidades do mesmo porte. Será desenvolvido em parceria com as organizações nacionais de prefeitos e apoio de veículos de comunicação de grande porte. O prêmio vai contemplar as cidades nas categorias pequena, média e grande, em cada um dos 12 eixos do PCS”. Mais informações: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/premio>>. Acesso em: 26/04/2013.

²⁶ Como exposto no *site* do Programa: “Os Eixos da plataforma consideram a participação da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes”. Além do mais: “Os 12 eixos do programa são: governança; educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; gestão local para a sustentabilidade; melhor mobilidade, menos tráfego; bens naturais comuns; economia local dinâmica, criativa e sustentável; planejamento e desenho urbano; ação local para a saúde; equidade, justiça social e cultura de paz; consumo responsável e opções de estilo de vida; cultura para a sustentabilidade; do local para o global”. Mais informações: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos>>. Acesso em: 26/04/2013

²⁷ Segundo o *site* do Programa: “Os Indicadores são importantes instrumentos para o planejamento de cidades mais sustentáveis e para desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas. Neste processo, é fundamental fixar metas de resultados e promover a participação da sociedade civil como corresponsável pelas decisões tomadas nas cidades. São reunidos mais de 300 indicadores atrelados aos eixos da Plataforma, escolhidos em um processo de construção coletivo. Para os signatários da carta-compromisso, foi desenvolvido também um relatório de prestação de contas padrão, baseado em tais indicadores”. Mais informações: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/indicadores>>. Acesso em: 25/04/2013.

portal e participação no Programa de Formação e Capacitação de profissionais nas áreas de políticas públicas, que são algumas das ações já em andamento dirigidas aos municípios signatários (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c).

Com isso, o Programa Cidades Sustentáveis cria um Modelo de Gestão Pública Sustentável (GPS), que é:

Uma das soluções que o Programa de Cidades Sustentáveis, e em particular o Modelo de Gestão Pública Sustentável – GPS, propõe é a promoção, a partir das prefeituras, de sinergias entre os setores científico-tecnológico, sociocultural e institucional, que harmonizem os processos e impactos do desenvolvimento ao nível local, tornando-os sustentáveis, procurando sempre estimular a participação dos cidadãos como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de cada região; aproveitando inclusive a troca de informações e experiências ao nível local e global (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013a, s/p.)

Conforme o trecho acima, este trabalho visualiza também a disposição das “Cidades Sustentáveis” interligadas por objetivos comuns e sem hierarquia entre elas, evidenciando uma organização como cidades em rede. Todavia, diferentemente das Cidades Emergentes e Sustentáveis do BID, o Modelo de Gestão Pública Sustentável mostra-se como uma rede de cidades global. Sobretudo, tendo em vista que a Plataforma do Programa Cidades Sustentáveis foi inspirada nos compromissos de Aalborg, na Dinamarca, representando um pacto político das cidades com o desenvolvimento sustentável e que já foi assinado por mais de 650 municípios, principalmente europeus (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013e). A plataforma traz experiências e ligações com as mais diversas cidades do mundo.

Os compromissos das cidades que participam do Programa consideram a participação da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes. Como há diferenças entre as realidades brasileira e europeia, foram agregados dois novos eixos temáticos: "Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida" e "Cultura para a Sustentabilidade" (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013e). Assim como, pela mesma razão, foram feitas outras mudanças em itens dos compromissos propostos já que a única forma de se obter o desenvolvimento sustentável de um local é através de um tratamento diferenciado de acordos globais as especificidades de cada região, conforme foi concertado na ONU nos debates proposto pela temática ambiental.

As administrações municipais são o nível de governo mais próximo dos cidadãos, dos indivíduos. Os prefeitos têm grandes oportunidades de influenciar comportamentos sociais e individuais no sentido da sustentabilidade, por meio da educação e de campanhas de sensibilização. Assim, a Plataforma Cidades Sustentáveis é uma ferramenta para assumir esses desafios e aceitar as responsabilidades; elaborando políticas públicas para a sustentabilidade, traduzindo a perspectiva comum para um futuro sustentável em metas concretas de sustentabilidade e em ações integradas nos níveis locais, regionais, nacionais e globais. Portanto, há uma seleção de prioridades apropriadas às realidades e às necessidades locais e regionais, que deverão ter as seguintes atenções: verificar o respectivo impacto global; e promover processos locais e regionais participativos, no sentido de identificar metas específicas e prazos para monitorar os resultados alcançados (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c, s/p.).

O programa realizado pelas Organizações não Governamentais (ONG), que são entes da sociedade civil buscam trazer os avanços técnicos e/ou teóricos construídos socialmente tanto no plano internacional, com o decorrer das conferências da ONU para o meio ambiente, quanto nos planos locais, por meio de técnicas, conhecimento e boas práticas locais. As ONG realizadoras do Programa são a Rede Nossa São Paulo²⁸, a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis²⁹ e o Instituto Ethos³⁰, as quais

²⁸ De acordo com o *site* do Programa Cidades Sustentáveis: “A Rede Nossa São Paulo tem como missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, e articular ações visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável. Apartidária e inter-religiosa, é apoiada por cerca de 700 organizações e milhares de cidadãos interessados em participar do processo de construção de uma São Paulo com melhor qualidade de vida. Para isso, seleciona e organiza os principais indicadores de qualidade de vida para a região de cada subprefeitura e distrito. Mantém um banco de dados sobre iniciativas exemplares de sustentabilidade urbana. E realiza ações e campanhas visando à revalorização do espaço público, à melhoria da autoestima e ao sentimento de pertencimento à cidade”. Mais informações: < <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/realizadores> >. Acesso em: 26/04/2013.

²⁹ Segundo o *site* do Programa Cidades Sustentáveis: “O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa. Conta hoje com aproximadamente 1.500 empresas associadas que, juntas, detêm um faturamento anual correspondente a cerca de 35% do PIB brasileiro e empregam em torno de 2 milhões de pessoas. Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas que auxiliam as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável”. Mais informações: < <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/realizadores> >. Acesso em: 26/04/2013.

³⁰ De acordo com o *site* do Programa Cidades Sustentáveis: “O objetivo da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis é a troca de informações e conhecimentos entre os integrantes para promover o aprendizado mútuo, o apoio e o fortalecimento de cada experiência local. A missão definida

trabalham de forma conjunta para concretizar e construir o programa aqui estudado. Contudo, vale ressaltar que, o Programa é um projeto grande e contempla membros realizadores, apoio, apoio de mídia, parceiros nacionais, parceiros internacionais e patrocinadores³¹ (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c, s/p.). Destaca-se que a CEF é financiadora estatal do ICES, do BID, e é também patrocinadora do Programa Cidades Sustentável, da Sociedade Civil, evidenciando a preocupação do banco CEF em trabalhar e apoiar o fomento do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, este trabalho entende que o Programa Cidades Sustentáveis é uma tentativa de trazer toda a tecnologia e conhecimento global para a aplicação em meio local – cidades –, com os devidos ajustes para cada região, bem como aprender com as especificidades de cada região. Segundo o Programa:

uma visão para o futuro do município deve ser resultado de uma construção da imaginação coletiva, descrita em termos claros, visando a incentivar as ações e mostrar a direção a médio e longo prazos do Plano de Metas. Tal exercício imaginativo pode ser realizado por meio de metodologias apropriadas, em reuniões dos moradores com os representantes do Poder Público. As visões de futuro têm de ser otimistas, a fim de engajar a população e levantar sua moral em favor das políticas locais (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013d, p.9).

Isso se aplica bem ao município de João Pessoa, visto que a cidade possui um amplo projeto já desenvolvido de Orçamento Participativo nas comunidades dos seus bairros. De acordo com o site da Rede Nossa São Paulo (2012, s/p.), em agosto de 2012, a inserção da cidade no Programa Cidades Sustentáveis foi feita a partir de uma estratégia de convocar todos os candidatos a eleição municipal, com o intuito de assinarem cartas-compromissos que estabelecem um plano de metas para promover o desenvolvimento sustentável de João Pessoa.

Sendo assim, há uma gama de atores não estatais envolvidos e mobilizados em prol da implementação desse importante programa de desenvolvimento sustentável, tanto no projeto da sociedade civil organizada aqui estudado quanto o acordo entre o Banco Interamericano e a cidade de João Pessoa na Iniciativa das Cidades Emergente e Sustentáveis (ICES). Portanto, há objetivos semelhantes em relação à iniciativa e o

na carta de princípios é ‘comprometer a sociedade e sucessivos governos com comportamentos éticos e com o desenvolvimento justo e sustentável de suas cidades’. A rede não tem dirigentes, mas apenas encarregados escolhidos de comum acordo para realizar determinadas atividades e articular a tomada de decisões, sempre em consenso”. Mais informações: < <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/realizadores> >. Acesso em: 26 de abril de 2013.

³¹ Os participantes do Programa Cidades Sustentáveis estão em anexo neste trabalho, nos ANEXO B, C, D, E e F.

programa objeto de estudo deste trabalho e, a partir do próximo capítulo, esta dissertação analisará os projetos, por meio de uma aplicação das relações internacionais, com o intuito de traçar as bases da reflexão sobre os ganhos e as contribuições dos projetos sustentáveis para a cidade de João Pessoa.

CAPITULO III

ANÁLISE DA ICES E DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: a ação internacional dos atores não centrais

O estudo desenhado no presente capítulo busca construir uma análise aplicável das Relações Internacionais nos objetos de estudos, abordando, a partir da perspectiva Construtivista das Relações Internacionais, a construção da temática ambiental no plano internacional e, além dos Estados, visualizar atores não estatais na ordem ambiental internacional. Apesar de reconhecer aqui a complexidade de aplicação de teorias nessa ordem, como posto por Ribeiro (2005, p. 69), este trabalho observa a construção e evolução de conceitos de defesa do meio ambiente, mais precisamente o conceito de desenvolvimento sustentável e a essencialidade das Conferências da ONU na área específica do meio ambiente.

Em seguida, refletindo sobre as relações paradiplomáticas e as organizações em cidade em redes, um debate sobre os prismas globais e locais de respostas às questões ambientais é necessário, já que na ICES e no Programa Cidades Sustentáveis há a conjunção de planos globais e locais. Por fim, é importante discutir a cidade de João Pessoa em meio à sua inserção nas propostas aqui estudadas. Posto isto, por meio de reflexão sobre o plano piloto de Goiânia, no Brasil, o presente trabalho objetiva trazer contribuições e possíveis consequências para o desenvolvimento econômico, social e, sobretudo, sustentável no meio local.

3.1 ANÁLISE TEÓRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme já destacado, a aplicabilidade das Teorias das Relações Internacionais na ordem ambiental internacional é complexa e complicada, sendo necessário o estudo de cada caso (RIBEIRO, 2005, p. 69). Entretanto, aqui se adota as contribuições construtivistas quanto à importância das ideias na política internacional e dos mais diversos atores no contexto internacional.

Conforme posto por Nogueira e Messari (2005, p. 162), a perspectiva construtivista tem várias vertentes teóricas, mas há a centralidade da premissa de que o

mundo é socialmente construído e que os agentes e estruturas são socialmente construídas, como pontuam Wendt (2000), Adler (1999) e Onuf (1998). Com isso, esta pesquisa entende que a temática ambiental foi socialmente construída no sistema internacional, principalmente através das conferências e fóruns da ONU. Isto é, destaca também a importância das organizações internacionais e de seus programas.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou centralidade na ordem ambiental internacional, principalmente depois do Relatório Brundtland (1987) e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (1992). Assim sendo, um conceito também construído internacionalmente e que passou por uma “evolução cognitiva” (ADLER, 1999, p. 227), tendo o crivo político dos mais diversos atores internacionais, como os Estados, OIGs, Sociedade Civil, entre outros. Como verificou o segundo capítulo deste trabalho, foi sendo inserido dentro da estrutura e políticas do BID, primeiramente em 1979 e, em seguida, teve seu ápice em 2006 e a implementação de uma política consolidada – em prol do meio ambiente.

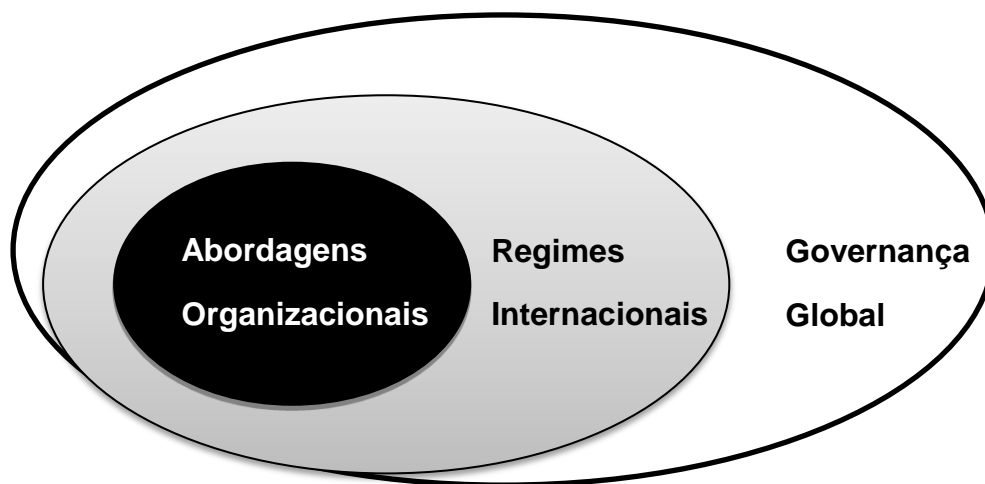
Conforme já pontuado anteriormente, os construtivistas vêem, além dos Estados, outros atores importantes no cenário internacional, como é o caso das organizações internacionais, das ONG OIG – amplamente, da Sociedade Civil –, e aqui se acrescenta, dos atores subnacionais (HERZ; HOFFMANN, 2005, p. 74-75). Para esses teóricos, as organizações podem modificar o comportamento e construir ideias, interesses e identidades dos Estados e outros atores, como é o caso do BID e a capacidade de modificar o comportamento dos seus membros mutuários (Estados da América Latina e Caribe) em defesa do meio ambiente, bem como a construção da ideia de desenvolvimento urbano sustentável, dos interesses e das identidades quanto a essa ideia.

Este estudo, a partir daqui, busca compreender os conceitos que fundamentam a lógica das políticas internacionais em prol de temáticas ambientais. Dessa maneira, sente-se a necessidade de definir os conceitos de regimes e de governança, para entender suas relações com a abordagem organizacional deste trabalho, já que aqui foca-se no BID como importante ator na gestão ambiental. Além do mais, observa-se também a importância da Sociedade Civil, dos atores subnacionais e dos indivíduos.

Segundo Platiau, Varella e Schleicher (2004, p. 104), para o estudo sobre o meio ambiente, há três abordagens teóricas mais comuns para analisar a temática ambiental: a abordagem organizacional, os regimes internacionais e a governança global. Contudo,

os autores apontam que há uma relação entre essas abordagens, mostrando-se interligadas de forma sistêmica (LACERDA, 2013), já que são vistas da seguinte forma:

Figura 3 – Relação entre governança global, regimes internacionais e abordagens organizacionais



FONTE: Figura apresentada por Platiau, Varella e Schleicher (2004, p. 106).

De acordo com a figura acima, as três abordagens teóricas sobre meio ambiente e relações internacionais estão ligadas e formam uma gestão em meio ambiente. Assim sendo, a abordagem organizacional destaca a centralidade das organizações internacionais na ordem ambiental internacional, sendo o enfoque deste trabalho, trazendo a importância da ONU e do BID como importantes atores internacionais na promoção da defesa do meio ambiente. Mas também, além da abordagem organizacional, o presente estudo acrescenta a necessidade de se estudar: os atores subnacionais, que agem através da paradiplomacia e da cooperação descentralizada; a Sociedade Civil, principalmente as ONG e seus poderes de monitoramento e liderança em temáticas ambientais; e dos indivíduos, mas precisamente os líderes e candidatos políticos, já que assinam acordos, se engajam e implementam políticas em temáticas sustentáveis.

Quanto aos regimes internacionais, esses atores são de extrema importância para entender as formulações de políticas internacionais voltadas à problemática ambiental (GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 99). Sua própria definição corrobora para entender o porquê, já que, segundo Krasner (1982), os regimes, são princípios, normas, regras e procedimentos que convergem para a tomada de decisões no meio internacional em

determinadas áreas específicas, como a área ambiental. Os regimes são atores que acabam moldando o comportamento dos outros atores tanto estatais quanto não estatais, tendo os regimes, convenções e tratados essencialidade no cenário ambiental internacional.

Nesse contexto, este trabalho visualiza um regime internacional do desenvolvimento sustentável, que são: princípios que foram socialmente construídos e legitimados pelas conferências internacionais da ONU sobre meio ambiente que convergiram para sua aplicação como forma de reduzir ou amenizar os efeitos negativos das desigualdades e problemas sociais e principalmente os efeitos da degradação ambiental causado pelo acelerado crescimento econômico do modo de produção capitalista; normas e regras – estabelecidas na Agenda 21, principalmente –, procedimentos de tomada de decisão – adotados aqui pela ONU e pelos países na realização de conferências, pelo BID nas Iniciativas de Cidades Emergentes e Sustentáveis e pela Sociedade Civil no Programa Cidades Sustentáveis. Esse regime tirou o foco da busca apenas pelo crescimento econômico “insustentável” – que não considera as necessidades das gerações futuras – moldando o comportamento dos atores para uma busca racional de um desenvolvimento sócio ambientalmente sustentável.

Já a definição de governança é, segundo Rosenau (2000, p. 15-16):

governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam as suas demandas.

Com isso, segundo Rosenau e Czempiel (2000, p. 16), a governança global é entendida como uma “governança sem governo”, já que se procura destacar que há a necessidade de adquirir alguma regularidade na política internacional, mesmo sendo um ambiente internacional “sem governo” – ou seja, sem um ator supranacional –, no qual há o risco eminente de conflito e que é característica da anarquia internacional. Todavia, os conceitos de governança e regimes internacionais são diferentes, pois os regimes são mais específicos – em determinadas áreas, como pontua Krasner (1982).

É importante fazer uma distinção entre os conceitos de governabilidade e governança, já que: o primeiro diz respeito à dimensão estatal do exercício de poder, ou seja, vinculada a um sistema político-institucional (SANTOS, 1997, apud GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 50). Destaca-se que melhorar a governabilidade é uma das áreas dos planos de ação das ICES e do Programa Cidade Sustentáveis; já a

governança, conforme visto anteriormente, tem um caráter mais amplo, por exemplo, a sociedade como um todo. Pode englobar dimensões presentes na governabilidade, mas não se limita a ela (GONÇALVES; COSTA, 2011, p. 50). Portanto, este trabalho observa a governabilidade das cidades e a governança dos mais diversos atores – BID, CEF, cidades latino-americanas e caribenhas, e Sociedade Civil.

Gonçalves e Costa (2011, p.) destacam que o conceito de governança e/ou governança global, assim como o de regimes internacionais são respostas para gerenciar problemas entre diversos atores na política mundial. Pode-se, então, por meio das contribuições dos autores acima, entender que este trabalho traz: a ONU, o BID, a Sociedade Civil, as cidades latino-americanas e caribenhas como atores na governança global em defesa do meio ambiente; esses atores estão inseridos em um regime internacional de meio ambiente, ou mais precisamente de desenvolvimento sustentável; há a centralidade da abordagem organizacional do papel da ONU e do BID na evolução das temáticas ambientais no contexto internacional; e por fim, as cidades latino-americanas e caribenhas e a Sociedade Civil, principalmente através das ONG – e aqui se materializando na realização do Programa Cidades Sustentáveis.

Em síntese, através da paradiplomacia entre BID, Caixa Econômica Federal (CEF) e as cidades latino-americanas e caribenhas, observa-se a incidência da governança global ambiental, com a implementação do regime ambiental internacional do desenvolvimento sustentável, aqui focada no meio local. Desse modo, o Banco financiará e dará suporte técnico-teórico para estudar e gerenciar os problemas da cidade, para que ela se torne uma cidade mais sustentável.

Pode-se, então, compreender que a aplicabilidade da governança global afeta a local e, em consequência, se o plano de ação do BID se efetivarem pode acarretar ganhos como: a melhoria da cidade, de sua população, legitimidade do seu líder de governo, um futuro voltado para as gerações futuras, entre outros. Entretanto, destaca este trabalho que os ganhos não são só no meio local, pois há legitimação também, paulatinamente, do BID, do regime internacional da sustentabilidade, da Sociedade Civil, dos governos locais e dos líderes envolvidos com temáticas ambientais. Além disso, há comunicação e ligação em rede entre as cidades, permitindo cooperação entre elas. Portanto, cabe a partir daqui analisar, ainda a partir da literatura das relações internacionais, o uso da paradiplomacia, da cooperação descentralizada e da organização em cidades em redes na ICES e no Programa Cidades Sustentáveis.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DE CIDADES EM REDE E O EXERCÍCIO DA PARADIPLOMACIA

Para Manuel Castells (2007. s/p), uma cidade pode ser global, cabendo às suas funções serem direcionadas para os aspectos globais. O autor traz uma compreensão mais ampla da globalização ao passo que enfatiza o papel das cidades, ou seja, das localidades. Assim, outros níveis de articulação internacional devem ser considerados, indo além dos impactos dos fenômenos globais nos Estados nacionais. Ao mesmo tempo, conforme reflexão sobre pensamentos de Manuel Castells, Almeida (2011, p. 17) verifica que o autor reforça o argumento dos vários níveis de governança, quer seja local ou global, ou ainda os dois em diálogo.

A partir do exercício da paradiplomacia, há ainda destaque a atuação das cidades organizadas em rede na obra de Manuel Castells (2007. s/p), o que leva a este trabalho o entendimento que as cidades, seja em rede ou não, são importantes atores no sistema internacional. Assim sendo, aplicando a literatura das Relações Internacionais aos objetos de estudo desta pesquisa, as cidades latino-americanas e caribenhas – como é a cidade de João Pessoa – são atores internacionais, principalmente na aplicabilidade dos dois projetos de sustentabilidade ambiental aqui estudados.

Dentre as contribuições de Almeida (2011, p. 27) quanto à organização das cidades em rede, a autora destaca que a rede funciona como uma fonte de conhecimento (*expertise*) sobre políticas urbanas – aqui políticas de desenvolvimento urbano sustentável –, bem como são um fortalecimento da integração regional – aqui a integração regional interamericana. Além disso, há o fortalecimento dos desenvolvimentos econômico, social e sustentável da região, conforme intenta o BID.

A partir dos estudos de Almeida (2011, p. 23), este trabalho segue a seguinte estruturação sobre as redes de cidades e o exercício da paradiplomacia:

FIGURA 4. Estruturação em Rede de Cidades a partir do exercício da paradiplomacia



FONTE: Ilustração elaborada por Almeida (2011, p. 23), com base em Sugisawa (2008, apud ALMEIDA, 2011, p. 23).

A figura 4 aborda as conclusões da Almeida (2011, p. 23) ao longo de uma grande discussão teórica, entendendo que, com o aprofundamento da globalização, há o aumento das potencialidades e necessidades das sociedades e cidades locais, que vê a possibilidade de desenvolvimento e ganhos por meio da globalização econômica, social, cultural e – aqui, sobretudo – ambiental; assim, há uma maior interação entre iniciativas públicas dos governos locais, quer seja nacionais ou internacionais, bem como interagem com atores internacionais públicos (OIG, Estados, etc.) e privados (empresas transnacionais, ONG, etc.), aumentando as informações e as possibilidades de ganhos de recursos. Por fim, há a identificação do plano internacional e, por meio da paradiplomacia, há a cooperação entre atores subnacionais e outros atores internacionais, quer seja isoladamente ou organizadas em redes.

Almeida (2011, p. 23) traz contribuições sobre a classificação das cidades em redes em dois tipos: as mundiais e as regionais (FRONZAGLIA, 2005 apud ALMEIDA, 2011, p. 23). As globais são um canal entre as mais diversas cidades e assuntos do mundo, já as regionais são uma ligação entre as cidades de uma determinada rede regional, reunidas por acordos entre elas ou por um bloco regional.

Sendo assim, nos casos aqui estudados, a ICES é uma rede regional, que reúne os membros mutuários do BID, já a Plataforma Cidades Sustentáveis é, mesmo que não denominando explicitamente, uma rede global, com ações sustentáveis de todo o mundo e a assinatura de cartas compromissos com os políticos eleitos.

Entretanto, vale destacar que o presente trabalho se deparou com o intento do BID de formar a rede URBELAC, que significa “um acrônimo inglês para cidades Urbanas da Europa, América Latina e Caraíbas” (BID; COMISSÃO EUROPEIA, 2012, p. 5). A rede URBELAC seria baseada em uma rede de relações compartilhadas entre o BID e a União Europeia, no tocante ao desenvolvimento sustentável local (das cidades). A ideia é que a metodologia da ICES, que abrange só países da América Latina e Caribe, seja um enquadramento para a URBELAC, mas que diferentemente da ICES, pois:

oferece a oportunidade de destacar as experiências, ações, estratégias e projetos concretos levados a cabo pelas cidades europeias. Isto permite uma conjugação de abordagens teóricas, técnicas e reais. Embora a URBELAC não se restrinja às cidades da SECP, uma conjugação dos dois processos tem provado ser positiva (BID; COMISSÃO EUROPEIA, 2012, p. 9).

A partir do trecho acima, o presente estudo compreende que há a intenção do BID e aprender com as experiências da União Europeia, bem como de ir globalizando as suas propostas sustentáveis. Vale ressaltar que, este trabalho não pretende fazer maiores aprofundamentos sobre a rede URBELAC, até porquê ainda é um projeto.

Portanto, a cidade de João Pessoa, pertencente tanto a ICES quanto do Programa Cidades Sustentáveis, é um ator subnacional com importância na aplicabilidade de conceitos e abordagens de gestão ambiental, na política internacional. Assim, cabe a este trabalho traçar as possíveis consequências e ganhos para o meio local, tendo como fundamental a análise do plano piloto da ICES em Goiânia, já que, mesmo ressaltando as especificidades de cada cidade, evidencia a metodologia, pontos prioritários, planos de ação, metas e outros aspectos que podem ser aplicados em outras cidades como João Pessoa.

3.3 PLANO PILOTO DE GOIÂNIA E A CIDADE DE JOÃO PESSOA

No documento “Goiânia Sustentável – Plano de Ação”, o BID faz um diagnóstico, que partindo da análise desse documento, pode-se verificar que sua elaboração se deu por meio de uma metodologia experimental sobre a cidade que gerou o desenvolvimento do projeto piloto nessa localidade (BID, 2012. s/p). Conforme o plano de ação, a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, foi escolhida como a cidade brasileira que participaria da fase piloto da Plataforma Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES ou ICES) (BID, 2012, p. 2). Com isso, foi elaborado o aqui estudado Plano de Ação de Goiânia, uma cidade que expressa, por sua localização estratégica, a importância das cidades emergentes inseridas no interior do Brasil.

O Plano de ação foi desenvolvido em coautoria com a equipe da Prefeitura de Goiânia – e, destaca esta pesquisa, com o envolvimento da sociedade local. O Plano, iniciado em agosto de 2011, teve participação efetiva das equipes técnicas da Prefeitura, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das entidades da sociedade civil (BID, 2012, p. 2). Sendo assim, para o presente trabalho, esse plano piloto de Goiânia é um bom exemplo do que poderá ser feito na cidade de João Pessoa.

Conforme colocado no documento “Coligação Goiânia Cidade Sustentável”³²(2012b, p. 1), o município de Goiânia é nacionalmente reconhecido como uma cidade ambientalmente correta e um dos melhores lugares para se viver no Brasil. Em 2011, foi selecionado para integrar a Plataforma Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES), proposta do BID para a introdução do conceito de sustentabilidade em todos os aspectos da gestão municipal, viabilizando apoio técnico e financeiro para a elaboração e a execução de projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável (BID, 2012, p. 5).

Nesse contexto, técnicos e gestores da prefeitura de Goiânia, em colaboração com a sociedade civil, as universidades, a iniciativa privada e outros atores locais, trabalharam com os especialistas do BID no levantamento de dados e na análise das demandas da cidade. Assim, o Plano de Ação elaborado visa não somente soluções e melhorias em curto prazo, mas principalmente a implantação de políticas públicas com aplicabilidade e resultados que se expandirão às próximas administrações, modificando e construindo concepções, interesses e identidades da cidade.

³² Disponível em:

<<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/mostrarPropostaGoverno.action?sqCand=90000012587&codigoMunicipio=93734>>. Acesso em 20 jun. 2013.

Há, ainda, no contexto da Plataforma Cidades Emergentes e Sustentáveis, a troca de experiências e boas práticas entre as cidades participantes, conforme será aplicado também no caso da cidade de João Pessoa. Desse modo, conhecer e vivenciar exemplos exitosos pode levar a melhores práticas de implantação de projetos semelhantes, assim como discutir as necessidades específicas de cada cidade contribui de forma significativa para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal. Com isso, há o propósito de interligação entre as cidades participantes da Iniciativa, organizadas em rede, mas trazendo a especificidade de cada localidade.

As áreas priorizadas no Plano de Ação de Goiânia já contam com projetos em fase de elaboração e contempla os seguintes temas: transporte e mobilidade; competitividade e conectividade; prevenção à violência; desenvolvimento urbano; gestão por resultados e vulnerabilidade às mudanças climáticas (BID, 2012, p. 5). Em Goiânia, o diagnóstico revelou, de forma geral, um bom manejo de temas como água, resíduos sólidos e energia, e de alguns temas ligados à dimensão ambiental, como vulnerabilidade a desastres naturais. Ressalva-se que há questões ligadas ao esgotamento sanitário, controle da qualidade do ar e da poluição acústica que mereceriam maior atenção (BID, 2012, p. 7).

Em relação às questões urbanas, temas como saúde, educação, níveis de pobreza da população apresentaram bons resultados, enquanto temas como base econômica diversificada, emprego e conectividade mostraram a necessidade de aperfeiçoamento. Do ponto de vista da governabilidade e gestão fiscal, apenas duas questões foram consideradas positivas: a autonomia fiscal e administrativa (própria dos municípios brasileiros) e a mobilização de fundos de várias fontes. Os maiores problemas identificados estão ligados a temas como transparência e maximização da base impositiva (BID, 2012, p. 5).

Diversos outros temas tiveram resultados negativos, mostrando a necessidade de buscar melhores soluções. Temas como transporte limpo e multimodal, gestão do crescimento urbano, competitividade e conectividade, diversificação da base econômica e condições de emprego foram considerados temas críticos. Logo, o diagnóstico detectou vários temas críticos para a sustentabilidade da cidade (BID, 2012, p. 8).

Na dimensão da sustentabilidade ambiental e mudança climática, foram identificados temas que requerem ações urgentes como elaboração de planos para a gestão de riscos a desastres naturais e adaptação às mudanças climáticas e a identificação mais completa de pontos de vulnerabilidade existentes na cidade, além da

necessidade de se elaborar um inventário de gases de efeito estufa. Em relação à dimensão fiscal e de governabilidade, foi identificado o maior número de temas a serem apurados, como: gastos públicos, gestão da dívida, passivo contingente, auditoria, gestão por resultados, gestão pública moderna e participação dos cidadãos no planejamento municipal (BID, 2012, p. 8).

Os bons resultados do projeto do BID dependem em grande parte da existência e atuação prática de participação cidadã, do setor privado, da coordenação de diferentes setores do governo municipal e de instâncias no nível municipal, estadual, federal e global. Com isso, o projeto propõe que haja um sistema de monitoramento externo, gerido pela sociedade civil e pelo setor privado, para acompanhamento dos avanços da implantação das ações propostas (BID, 2012, p. 8). Portanto, o Programa Cidades Sustentáveis, da Sociedade Civil, pode ser um importante ator nesse monitoramento externo, evidenciado para este estudo a complementariedade dos objetos de pesquisa aqui analisados, complementaridade da ICES e do Programa Cidade Sustentáveis.

Os temas propostos para Goiânia apresentam ampla intersetorialidade, permitindo uma abordagem completa e interdisciplinar das soluções estudadas, com vistas ao fortalecimento institucional de todos os atores envolvidos, em um exercício que se espera possa servir de exemplo para outras cidades brasileiras e da América Latina e Caribe (BID, 2012, p. 9). Quer seja, há a intenção do BID de levar a experiência de Goiânia para todas as cidades brasileiras e da América Latina, de acordo com o receituário feito pelo BID, evidenciando a capacidade dessa organização intergovernamental de modular os interesses e identidades desses atores subnacionais.

Em síntese, na atualidade, Goiânia é uma das cidades brasileiras melhores de se viver pela sua capacidade de implementar políticas públicas, por meio de seus planos diretores e que são voltadas para sua sustentabilidade ambiental. Assim, este trabalho entende que essa capacidade pode ter sido um dos motivos de escolha desta cidade para a fase piloto da plataforma ICES. Ao mesmo tempo, é de extrema importância a contribuição dos outros atores internacionais, como: o envolvimento do BID com as trocas de experiências entre os outros municípios, por meio do uso da organização em rede e o instrumento da paradiplomacia; a inserção dos atores estatais, como a Caixa Econômica Federal (CEF); e por fim, a necessidade de monitoramento e acompanhamento feito pela sociedade civil organizada. Isto posto, este estudo visualiza que a cidade de Goiânia é, assim, um ator responsável pela construção de políticas

sustentáveis, em conjunto com o BID, além de essas complementações socialmente construídas pela interação com outros atores externos a ICES.

Neste contexto, a importância de visualizar, de forma breve, o plano piloto de Goiânia é fundamentar a aplicabilidade e necessidades das ações de desenvolvimento urbano sustentável também na cidade de João Pessoa. Dessa maneira, o projeto da capital de Goiás, assim como as outras experiências pilotos do BID, é base para o plano de ação de João Pessoa, havendo trocas de informações e uma cooperação descentralizada entre as cidades, por meio de suas ligações em rede, na plataforma CES. Portanto, a metodologia e as experiências exitosas em Goiânia serão compartilhadas entre as cidades da rede ICES e ao que está sendo construído em João Pessoa.

O atual prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, recebeu representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Caixa Econômica Federal (CEF) para a assinatura do convênio de implantação do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis, em 26 de março de 2013. O programa tem como objetivo garantir investimentos para que a cidade se desenvolva de forma planejada, tendo como projeto final de investimento na ordem de recursos de até U\$ 100 milhões (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2013). O prefeito destacou que a assinatura do contrato com o BID e com a Caixa é uma tentativa de planejar João Pessoa para o futuro, já que:

Teremos a garantia de que vamos crescer de forma sustentável e com qualidade. O que estamos entregando a população não é um projeto de quatro anos, mas que vai preparar a cidade para os próximos 20 anos e fazer com que a Capital chegue ao seu primeiro milhão de habitantes podendo garantir a qualidade de vida da população (CARTAXO 2013 apud PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2013).

Essa afirmação do prefeito é de grande importância para o estabelecimento das políticas internacionais, do BID, da CEF e da Sociedade Civil, para desenvolvimento sustentável na cidade de João Pessoa – agora desenvolvimento urbano sustentável e inteligente, como preceitua o BID –, destacando, ainda, a importância dos líderes locais no incentivo e implementação destas políticas. Desse modo, João Pessoa participa tanto do Programa Cidades Sustentáveis quanto da ICES, sendo o município escolhido para ser a primeira cidade contemplada pelo projeto do Banco Interamericano.

Quanto à inserção de João Pessoa no programa da Sociedade Civil, conforme visualizado anteriormente, todos os candidatos à eleição municipal foram convidados pelo Programa Cidades Sustentáveis a assinarem cartas compromissos de implementação desta proposta das ONG e demais atores envolvidos (NOSSA SÃO

PAULO, 2012. s/p). Dentro da rede de boas práticas sustentáveis apontadas pelo Programa, o município de João Pessoa vem há algum tempo sendo referenciado no que se trata de preservação de áreas verdes, sendo considerada uma das cidades mais verde do mundo (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013f). Segundo o *site* do Programa:

Nos últimos anos, a prefeitura de João Pessoa promoveu a preservação de áreas verdes, a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas, utilizando as mudas de árvores nativas produzidas no Viveiro Municipal. A cidade de João Pessoa, no fim de 2012, foi a primeira cidade a produzir um Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, que estabelecendo um marco regulatório das ações ambientais no Brasil, ao municipalizar a preservação do bioma, tornando referência nacional. O Plano Municipal tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a gestão municipal de meio ambiente e integrar projetos e ações em consonância com as leis e códigos urbanísticos e ambientais vigentes (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013f, s/p.).

Assim, a política de preservação ambiental foi consolidada e instituiu o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa, com a aprovação da Lei 12.101/11, tratando da criação, implementação e gestão das áreas protegidas (unidades de conservação e parques municipais) (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013f). Essas ações da capital pessoense voltadas para a responsabilidade ambiental renderam a cidade destaque no Programa Cidade Sustentáveis, sendo referenciada como importante exemplo de políticas ambientalmente corretas e sustentáveis, entrando no rol de boas práticas do referido programa.

Além disso, outro exemplo de potencialidade da cidade nas propostas da ICES e do Programa Cidades Sustentáveis é seu amplo e bem desenvolvido programa de Orçamento Participativo, que busca transparência e engajamento político nas comunidades de cada bairro, intentando a participação dos cidadãos locais na obtenção de informação, de políticas e de recursos para cada área da capital. Existe também o projeto de criação de ciclovias, interligando pontos estratégicos do município e tratando, assim, de melhorar a mobilidade urbana, através de um transporte limpo e que gera qualidade de vida para os seus habitantes. Com isso, torna-se perceptível para este trabalho a potencialidade da cidade de João Pessoa nos projetos aqui estudados e até pode-se justificar a escolha do BID em contemplar a cidade de João Pessoa como primeira cidade inserida na plataforma ICES.

Quanto à fase de implementação do projeto ICES em João Pessoa, esta pesquisa percebe que há a inicialização dos intentos da cidade e do BID, já que, conforme o site da Prefeitura (2013), representantes de todos os órgãos envolvidos no programa já se

reuniram na capital para conceber e definir o plano de trabalho a ser executado no município. Assim, o prefeito, os membros do BID e da CEF acompanharam a equipe técnica em um primeiro estudo de campo, visitando a Comunidade do “S” e o Porto do Capim. Ainda de acordo com o *site*:

Com a assinatura do convênio, a equipe de técnicos poderá iniciar os trabalhos na Capital. Os especialistas do BID (Marcia Casseb, Ellis Juan e Federico Scodelaro) e dois da CEF (Mara Alvim e Alexandre Paiva), virão de Brasília para iniciar os trabalhos aqui em João Pessoa. Eles irão iniciar os estudos, que devem se estender por todas as regiões da cidade e em diversos setores da Gestão Pública, o que vai demandar recursos de U\$ 1 milhão. O resultado desta pesquisa aprofundada vai originar uma carta-consulta de crédito com o total necessário para colocar o projeto em prática. Os investimentos serão direcionados para três áreas para o setor ambiental e as mudanças climáticas, o setor urbano e os setores fiscal e de governabilidade. Referente à questão urbana, está incluído o desenvolvimento urbano integral, econômico e social, além da mobilidade, transporte e segurança. (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2013)

Segundo o site da Prefeitura, três critérios foram utilizados para o BID escolher a cidade: o estado de pleno crescimento econômico; o contingente populacional que deve estar entre 200 mil e dois milhões de habitantes; e a capacidade institucional da cidade, já que há a necessidade de uma realidade fiscal equilibrada, para cumprir com o empréstimo do BID, bem como a necessidade de dar suporte a equipe de técnicos (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2013).

O secretário municipal da Receita, Fábio Guerra, traz um aspecto importante a ser destacado aqui, pois ele aposta na criação de uma nova mentalidade para a administração pública da cidade, pois: “É uma oportunidade que temos de inserir a cidade na cultura do planejamento. Estaremos desenvolvendo estratégias e projetos que vão garantir um crescimento ordenado e uma cidade melhor por um longo período” (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2013). Assim, releva a questão do adjetivo “inteligente” posto pelo BID no conceito de “desenvolvimento urbano sustentável e inteligente”, que remete à organização e ao planejamento necessário ao bom funcionamento do setor público.

Portanto, o meio local, as cidades as cidades intermediárias da América Latina e Caribe – sobretudo aqui destaca a cidade de João Pessoa - são atores internacionais subnacionais com relevância na ordem ambiental internacional, já que figura como ente na implementação de conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento urbano sustentável, sendo organizada em rede com outras cidades da Plataforma CES, pertencentes à América Latina e ao Caribe, assim como globalmente ligada às boas

práticas sustentáveis no mundo, através do Programa Cidades Sustentáveis. Esse ator passa a ser a primeira cidade do Brasil a ser contemplada com o programa Cidades Emergentes e Sustentáveis, no ano de 2013, sendo selecionada para abrir a implantação do programa do BID, tendo também a possibilidade de ter o monitoramento e auxílio do Programa Cidades Sustentável, da Sociedade Civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção deste trabalho foi decorrente da proximidade do presente autor com a temática ambiental, já que teve a experiência profissional de Agente de Saúde Ambiental (ASA), durante um ano e meio. A partir dos contatos em campo de trabalho, com algumas comunidades locais, foi possível observar como as pessoas vivem em suas localidades e suas formas de cuidar do meio ambiente. Esse cuidado do lugar em que esses indivíduos estão inseridos tem reflexão na sua própria saúde e qualidade de vida.

Como profissional (agente ambiental), visualizava-se o papel do agente de induzir os moradores a cuidarem das áreas de sua responsabilidade, para evitar doenças, como a Dengue, Leptospirose, Diarreias/Disenterias, Cólera e entre outras mazelas que atingem principalmente as comunidades carentes. Assim sendo, este profissional detém a informação e o conhecimento técnico/teórico para orientar a população, além de possibilitar o manuseamento das áreas da melhor forma possível. Em consequência, este trabalho compreende que há a essencialidade desse indivíduo, já que é funcionário público inserido na estrutura burocrática da cidade de João Pessoa, tendo, assim, seu papel prático tanto para a ICES quanto para o Programa Cidades Sustentável.

Além da identificação pessoal com a área ambiental, viu-se neste estudo a proximidade entre o tema aqui proposto e a perspectiva construtivista das Relações Internacionais, pois há um melhor poder explicativo dessa teoria, já que se enquadra na evolução da problemática ambiental no plano internacional, há interdisciplinaridade na interligação das diferentes áreas envolvidas, enfatiza-se o papel das ideias na construção de políticas internacionais, vistas como políticas socialmente construídas em determinado espaço de tempo, por diferentes atores internacionais. Atores que se relacionam moldando comportamentos e que também são moldados.

Portanto, esse acordo evidencia tudo isso que essa escola das Relações Internacionais preconiza como vimos em toda a discussão de como foi criado o regime internacional do desenvolvimento sustentável dentro dos fóruns de debates na ONU no período pós Revolução Industrial. É, assim, a ponte entre o que se estudou dentro do curso e o objeto de estudo, a cidade onde vivo, João Pessoa, ou seja como as Relações Internacionais se desenvolvem e se aplicam na melhoria do meio local, na melhoria das cidades.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento é responsável pela criação da ICES e, com isso, permite a mediação dos atores envolvidos e tem a capacidade de aproximar os anseios da sociedade civil organizada, principalmente pelo envolvimento dos municípios no Programa Cidades Sustentáveis, repercutindo na busca da melhoria da qualidade de vida da população do município das localidades. O BID se propõe a fornecer a pericia, ajuda à infraestrutura do município e dar os estímulos necessários para o desenvolvimento da cooperação entre os municípios participantes da ICES, por meio da paradiplomacia e organização em rede – o que este trabalho acredita ser complementada pelo auxílio das iniciativas da sociedade civil. Dentre outras funções das organizações internacionais, o BID fornece recursos financeiros e técnicos à administração local e ao desenvolvimento de fiscalização dos objetivos e metas traçadas para cada município.

No decorrer desse estudo aqui apresentado, podemos notar que tanto os acordos da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis como o Programa Cidades Sustentáveis convergem para o mesmo fim, o mesmo interesse em comum, o desenvolvimento sustentável do meio local. Desenvolver sustentavelmente as cidades seria o objetivo dos dois programas, não possuindo interesses excludentes e sim interesses complementares, onde um daria subsídios/apoio ao outro, fiscalizando, monitorando, engajando politicamente e ajudando a implementar as políticas de melhoria das condições das cidades para seus habitantes.

Já os indivíduos, são caracterizados como atores não centrais, no estabelecimento de redes, onde a política internacional é observada, levantando padrões de comunicação, reciprocidade e cooperação horizontal formulando estratégias de atuação na política internacional (INOUE apud KECK; SIKKINK, 2007, p. 82). Os líderes locais, no caso aqui o prefeito de João Pessoa, é um exemplo de indivíduo responsável pela entrada do município na lista do Programa Cidades Sustentável, pois sua política interna foi observada e convergiu com as políticas internacionais da sustentabilidade implementadas por essa rede.

Muitos acham que as relações internacionais e o que acontece nas dinâmicas dentro das cidades são realidades bem distantes, principalmente quando se pensa em uma cidade de médio porte como João Pessoa, que não possui sede de grandes empresas exportadoras, onde ainda não há grande fluxo de estrangeiros, onde o turismo não é tão desenvolvido e as demandas das secretarias que cuidam do relacionamento do município com o meio externo são bem baixas. Mas este trabalho pretende mostrar que

isso não é verdade. Tudo está interligado hoje, onde as Organizações Internacionais, Organizações não Governamentais, a sociedade civil organizada em forma de rede pelo mundo, as empresas transnacionais, enfim, os mais variados atores internacionais estão agindo, fiscalizando, implementando o que vem sendo discutido no meio global, adotando no local, que é o lugar onde os indivíduos vivem e onde eles vivenciam a aplicabilidade dessas políticas internacionais. Assim os regimes internacionais (regime do desenvolvimento sustentável) seguem a mesma lógica indo do global para influenciar o local. No local, tendo-se êxito volta para o global ganhando força através da sua aplicabilidade e legitimidade. Isto nada mais é que observações fundamentais no estudo das Relações Internacionais extremamente ligadas ao que acontece no dia a dia destes entes subnacionais.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. São Paulo: "Lua Nova", CEDEC, n. 47, 1999.

ALMEIDA, Jordênia Adelaide de. **Organização em rede como ferramenta de inserção internacional das cidades: o caso das Eurocidades e das Merocidades**. 55f. Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ALMEIDA, Nina Paiva. **Diversidade na Universidade: o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS 2008. 153 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2008.

BALL, Terence. Democracy. In: DOBSON, Andrew; ECKERSLEY, Robyn (Eds.). **Political Theory and the Ecological Challenge**. Cambridge University Press: New York, 2006.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias and SCHLEICHER, Rafael T.. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Rev. bras. polít. int.**, v. 47, n.2, 2004. p. 100-130. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292004000200004>>. Acesso em: 15 de mar. de 2013.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 1996. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=555878>>. Acesso em: 24 mai. 2013.

_____. **Minuta de Política. Política do Meio Ambiente d Observância de Salvaguardas**. 2004. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/download/212/Pol%C3%ADtica%20do%20Meio%20Ambiente%20e%20Observ%C3%A2ncia%20de%20Salvaguardas.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2013.

_____. **O BID e o meio ambiente**. 2006. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/background-papers/2006-03-13/o-bid-e-o-meio-ambiente,2886.html>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

_____. 2012. **Goiânia Sustentável. Plano de Ação**. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37017386>>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

_____. 2012b. **Coligação Goiânia Cidade Sustentável**. Disponível em: <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/mostrarPropostaGoverno.action?sqCand=90000012587&codigoMunicipio=93734>>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

_____. **Site oficial.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html#UcORe-f2aSol>>. Acesso em: 29 de maio de 2013a.

_____. **El medio ambiente en América Latina y el Caribe.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/temas/medio-ambiente/el-medio-ambiente-en-america-latina-y-el-caribe,1663.html>>. Acesso em: 24 mai. 2013b.

_____. **Red de Ciudades ICES.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles/red-de-ciudades-ices,7487.html>>. Acesso em: 20 mai. 2013c.

_____. **El concepto de Ciudades Emergentes y Sostenibles toma forma.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles/ciudades-emergentes-y-sostenibles,6656.html>>. Acesso em: 29 mai. 2013d.

_____. **Países Membros.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/paises-membros-,6291.html>>. Acesso em: 11 mai. 2013e.

_____. **Países membros mutuários.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/paises-membros-mutuarios,6005.html>>. Acesso em: 11 mai. 2013f.

_____. **História do Banco Interamericano de Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/historia-do-banco-interamericano-de-desenvolvimento,5999.html>>. Acesso em: 20 mai. 2013g.

_____. **O que fazemos.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/o-que-fazemos,5997.html>>. Acesso em: 30 mai. 2013h.

_____. **IDB as a GEF partner.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/en/topics/environment/global-environment-facility/idb-as-a-gef-partner,1710.html>> Acesso em: 30 mai. 2013i.

_____. **Sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento,5995.html>>. Acesso em: 25 mai. 2013j.

_____. **CAIXA vai atuar na Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis do BID.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-02-25/cidades-sustentaveis-no-brasil,10341.html>>. Acesso em: 25 mai. 2013k.

_____. ; COMISSÃO EUROPEIA. **Desenvolvimento urbano sustentável e integrado nas cidades da América Latina e Caraíbas.** Bruxelas: União Europeia, 2012. Disponível em: <<http://bookshop.europa.eu/pt/desenvolvimento-urbano-sustentavel-e-integrado-nas-cidades-da-am-rica-latina-e-cara-bas-pbKN3212061/?CatalogCategoryID=cKYKABsttvUAAAEjrpAY4e5L>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1).

DIAS, Reinaldo. **Um tema emergente nas Relações Internacionais:** A paradiplomacia das cidades e municípios. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 79, ago. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8156>. Acesso em: 30 abr. 2013.

ESTADÃO. **O que ficou estabelecido na Rio+20? Disponível em:** <<http://blogs.estadao.com.br/rio-20/o-que-ficou-estabelecido-na-rio20/>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

_____. **ONU lança rascunho de objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,onu-lanca-rascunho-de-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel,1029869,0.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

ETHOS. **Programa Cidades Sustentáveis oferece ferramentas em favor da qualidade de vida nos municípios.** Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/6081/servicos_do_portal/noticias/itens/particip_e_do_lancamento_nacional_do_programa_cidades_sustentaveis_.aspx>. Acesso em: 26 mai. 2013.

EXAME. **Sai rascunho dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:** <<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/onu-divulga-rascunho-dos-objetivos-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. **Mudanças institucionais nas atividades relativas às Operações de Manutenção da Paz do “sistema ONU” do pós-Guerra Fria: “Adaptação” versus “Aprendizado”.** 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310309_05_pretextual.pdf. Acesso em 31 mai. 2015.

GEF. **What is GEF?** Disponível em: <<http://www.thegef.org/gef/whatisgef>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

HERZ, Mônica & HOFFMANN, Andréa Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

GONÇALVES, Justina Maria de Sousa Soares. **Educação, Meio Ambiente e Direitos Humanos nas Conferências da ONU.** Piauí: UFPI, 2002. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.5/GT5_6_2002.pdf> Acesso em: 19 mai. 2013.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes; COSTA, José Augusto Fontoura. **Governança Global e Regimes Internacionais.** São Paulo: Editora Almedina, 2011.

KEOHANE, Robert O. **Institutional Theory and the Realist Challenge After the Cold War.** In BALDWIN, Davis A (Ed.). *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate.* New York: Columbia University Press, 1993. p. 269-300.

KLEIMAN, Alberto; CEZARIO, Gustavo de Lima. Um olhar brasileiro sobre a ação internacional dos governos subnacionais. In: MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia (orgs.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. FGV, Rio de Janeiro, 2011.

KRASNER, Stephen. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. **International Organization**, vol. 36, nº 2, 1982. p. 185-205.

KRATOCHWILL, Friedrich & RUGGIE, John G. **International Organization: a State of the Art on an Art of the State**. *International Organization*, vol. 40, nº 4. Autumn 1986, pp. 753-775.

LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. **A contribuição da perspectiva construtivista para o estudo do PNUD e da OEA na Democracia Latino-Americana**. 56f. Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

_____. **A Organização dos Estados Americanos e a disseminação de ideias de democracia na América Latina**. 190f. 2013. Dissertação de mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**. Senac, São Paulo, 2000.

LIMA, Caio. 2012. **Clube de Roma debate futuro do planeta há quatro décadas**. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=148&infolid=12080>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

MARIANO, Karina L. Pasquariello. 1995. **Meio ambiente e a ampliação da agenda internacional**. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD39.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

MEDEIROS, Josué. **Análises e Propostas. Crise Ambiental e a RIO+20 na visão da sociedade e do governo brasileiro**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/09168.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOSSA SÃO PAULO. **Candidatos à Prefeitura da João Pessoa e de Cabedelo, na Paraíba, aderem ao Programa Cidades Sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/18410>> Acesso em: 30 mai. 2013.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rosso de. **A Paradiplomacia: conceito e inserção do profissional de relações internacionais**. 2012. Disponível em: <http://www.dcs.uem.br/xseminario/artigos_resumos/gt4/x_seminarios_gt4-a2.pdf>. Acesso: 21 mai. 2013

ONU. **General Assembly.** 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

_____. **A ONU e o meio ambiente.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso: 21 mai. 2013a.

_____. **Banco Mundial.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/bancomundial/>>. Acesso em: 24 mai. 2013b.

_____. **Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável.** 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

_____. **O futuro que queremos.** 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20_Futuro_que_queremos_guiia.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2013.

_____. **O futuro que queremos** (Documento final da Conferencia Rio+20). Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

ONUF, N. Constructivism: A User's Manual. In: KUBALKOVA, V.; ONUF, N.; KOWERT, P. **International Relations in a Constructed World.** Armonk, New York, M. E. Sharpe, 1998.

PLANETA SUSTENTÁVEL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/glossario/o.shtml?plv=objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 29 mai. 2013

_____. **Rascunho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é divulgado pela ONU.** Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/riomais20/>>. Acesso em: 21 mai. 2013

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Prefeito assina convenio com BID e CEF para o programa cidades sustentáveis.** Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeito-assina-convenio-com-bid-e-cef-para-o-programa-cidades-sustentaveis/?theme=pmjp_mobile>. Acesso em: 29 mai. 2013

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Gestão Pública Sustentável (GPS).** Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/gps>> Acesso em: 25 mai. 2013a.

_____. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 25 mai. 2013b.

_____. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>>. Acesso em: 25 mai. 2013c.

_____. **Guia GPS: Gestão Pública Sustentável.** Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/sites/default/files/gps/arquivos/programa_cidades_sustentaveis_-_guia_gestao_publica_sustentavel.pdf> Acesso em: 25 mai. 2013d.

_____. **A Plataforma.** Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/a_plataforma>. Acesso em: 25 mai. 2013e.

_____. **João Pessoa é referência em Áreas Protegidas.** Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/joao-pessoa-e-referencia-em-areas-protegidas>>. Acesso em: 25 mai. 2013f.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional.** São Paulo: Contexto, 2001.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem governo: ordem e transformação.** Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SANTANA, Joana Valente. **Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promabem em Belém, Pará.** Florianópolis: Rev. Katálysis, v.15 n.1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802012000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 mai. 2013.

SALOMON, Monica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia (orgs.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas.** FGV, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, André Luiz Lopes de. 1994. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: uma reflexão crítica.** Disponível em: <http://www.ead.sebrae.com.br/biblioteca/arquivos_padrao/GIno11/Biblioteca_35725.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. **Uma Agenda de Ação Para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<http://unsdsn.org/files/2013/05/Uma-Agenda-de-Ac%C3%A7%C3%A3o-Para-o-Desenvolvimento-Sustentavel.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics.** In International Organization, vol. 46, n. 2, 1992.

ANEXOS

ANEXO A – Cidades participantes da ICES em 2013

PARTICIPAM DO PROGRAMA CIDADES

PLANO PILOTO 2011	REGULAR 2012	ADICIONAIS 2012
Montevideú Uruguai	Cochabamba Bolívia	Bucaramanga Colômbia
Trujillo Peru	Managua Nicarágua	Manizales Colômbia
Goiânia Brasil	Mar del Plata Argentina	Pereira Colômbia
Port of Spain Trinidad e Tobago	Montego Bay Jamaica	La Paz México
Santa Ana El Salvador	Barranquilla Colômbia	Pular Argentina
		Valdivia Chile
REGULAR 2013	ADICIONAIS 2013	
Bacia Equador	João Pessoa Brasil	
Quetzaltenango Nicarágua	Recife Brasil	
Cap-Haitien Haiti	Caça Colômbia	
Suposição Paraguai	San Andrés Colômbia	
	Paraná Argentina	

FONTE: BID, 2013c. Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles/red-de-ciudades-ices,7487.html>>.

ANEXO B - Parceiros Nacionais



FONTE: PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>>. Acesso em: 27 de abril de 2013.

ANEXO C - Parceiros Internacionais



FONTE: PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>>. Acesso em: 27 de abril de 2013.

ANEXO D - Patrocinadores



FONTE: PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>>. Acesso em: 27 de abril de 2013

ANEXO E - Realizadores

FONTE: PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>>. Acesso em: 27 de abril de 2013.

ANEXO F – Apoio

FONTE: PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013c. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>>. Acesso em: 27 de abril de 2013.